

A condição humana durante a Idade Média

Os “deuses” aristocráticos e os “vilões”.

Idade Média: entre o “deus” aristocrático e as “pessoas pequenas”. Durante a Idade Média, o Homem é tratado como algo que oscila entre a besta de carga e o semi-divinizado príncipe. O homem comum é tratado como um animal selvagem que se mantém na lama e, depois, se chicoteia, como punição pela sujidade. Esta é a habitual *hubris* aristocrática perante a “inferioridade” do “vilão” (apenas e somente o habitante da vila, retratado como criminoso por ser pobre) e das “pessoas pequenas” (inglês, “*the little people*”) que o eram pelo simples facto de serem cronicamente desnutridas. Essas pessoas tinham “*mau sangue*”, ao contrário do “*bom sangue*”, do “*sangue azul*” (desoxigenado) da aristocracia.

Contos de troubadours, “vilão”, “pessoa pequena”, “mau sangue”, “má raça”. Ninguém codificou melhor toda esta mentalidade que os *troubadours* provençais, com as suas trovas criminosas, que glorificam o “cavaleiro espiritual” que faz guerra contra o “vilão” (o plebeu que habita a vila) para salvar a princesa, ou para o impedir de cometer um crime gravoso qualquer contra a aristocracia. É claro que, em tudo isto, “aristocrata” é redefinido de “melhor qualificado para governação” para besta selvagem alfa. É claro que os termos “vilão”, “pessoa pequena” e “mau sangue”, “má raça”, entre outros, sobreviveram dessa era em diante para categorizar o estado baixo, criminoso, da humanidade. Esse é um dos melhores testemunhos do apartheid de casta que prevalecia durante a era medieval e que, em verdade, caracteriza o modo como as altas oligarquias tendem a ver o público, em qualquer era. Quem está realmente abaixo, quem está realmente acima, é aqui uma questão legítima e pertinente.

Ignorância, miséria e daoísmo.

Homem comum mantido ignorante, dependente, pobre, conformista, sob daoísmo. A Idade Média alega ver o homem como estando a meio caminho entre os animais e os anjos, mas trata-o como uma besta selvagem. Fala-se de alma, mas o homem comum é tratado como mera carne e nervos, moldável, adaptável, abusável, manietável. É ensinado a pensar linearmente e mantido ignorante, sem qualquer perspectiva de qual é a realidade do mundo fora da sua própria aldeia, ou feudo. É desincentivado de procurar qualquer forma de auto-determinação. É mantido pobre, em posição servil e subordinada, em todos os domínios da vida. Tem uma imensidão de pequenas regras legalísticas que gerem cada pequeno aspecto da sua vida, em benefício dos oligarcas degenerados que regem a sociedade como déspotas absolutos. Na vida em comunidade, dele é esperado que se submeta a padrões de conformidade compulsiva: que aja, pense e sinta como todos os outros em redor e obedeça a toda e qualquer ordem que venha dos déspotas acima (ou abaixo, depende da perspectiva). Alguns servos mais aventureiros podiam fugir do domínio ao qual pertenciam e tentar a sua

sorte numa terra distante (isso não era invulgar durante a Idade Média). Essa era a única hipótese que a maior parte destas pessoas tinham, para obter alguma forma de libertação; começar uma vida independente nalgum canto remoto, que não estivesse sob controlo feudal.

Irracionalismo, mediocridade e obscurantismo oligárquico.

Homem comum tinha de ser tão irracionalista e medíocre como as oligarquias. Era esperado que o homem comum *nunca* pensasse de forma sequer vagamente racional. Ter opiniões próprias, pensamento independente, ser criativo e engenhoso, aceder a princípios conceptuais superiores; expressar uma opinião dissonante. Tudo isso era tabu inaceitável na sociedade despótica medieval. As próprias oligarquias eram cronicamente medíocres e tinham o hábito, tradicional em oligarquias, de procurar reduzir todos os outros a uma mediocridade comparável.

Oligarquias odeiam e temem pessoas capazes e morais – e são obscurantistas. Os oligarcas médios odeiam e temem pessoas capazes e morais e dão-se a esforços absurdos e inumanos para as derrubar ao seu próprio nível, naquilo que é um bom testemunho do *pathos* oligárquico. Uma oligarquia é, por norma, uma estrutura social profundamente medíocre que, porém, precisa de afirmar a sua “superioridade inerente”, a sua “virtude”. Isto deixa-a em *doublebind*, num mundo onde existem inúmeras pessoas que são infinitamente mais inteligentes e mais capazes que o oligarca médio. À falta de auto-melhoramento (oligarcas são preguiçosos e incapazes), o que acontece é a repressão geral de intelecto. Da mesma forma, é levada a cabo uma política geral de obscurantismo. Tudo aquilo que é límpido, claro, passível de elevar o homem comum a um nível de entendimento superior tem de ser suprimido, obscurecido, cooptado, manchado. Isto não acontece tanto por calculismo (a ideia de preservar poder por conta da ignorância alheia) como pela própria inaptidão endémica da oligarquia, que é (e sabe ser) incapaz de operar a um nível de clareza, de limpidez e de elevação. O oligarca médio encena um teatro elaborado de virtude enquanto vive num pântano mental. Sente a necessidade intrínseca de manchar e distorcer todas aquelas coisas às quais não consegue *corresponder*. Esta forma de vandalismo pulsional é, no oligarca médio, uma questão de orgulho, de preservação do ego.

Consensualidade e pensamento emocional.

Consensualidade: conformidade social, pensamento por emoções, calculismo. Sob despotismo feudal, era esperado que o homem comum pensasse no mesmo formato que era/é comum, entre as próprias oligarquias, aquilo a que podemos chamar o *formato consensual*; pensamento emocional e sócio-estatístico. Isto significa pensar como todos os restantes, sob conformidade e seguidismo e, claro, pensar com as emoções, sem desenvolver a capacidade de ascender acima desse nível. Obedece e talvez recebas uma recompensa. Se não obedeceres, serás certamente magoado. Toda a vida passa a ser um labirinto confuso, onde se procura obter alguma forma de gratificação social e, claro, evitar punições. A mente é trancada neste

tipo de circuito, sem a capacidade de ir mais longe. O único exercício de vaga racionalidade aqui é uma forma de calculismo animal, pelo qual o sujeito procura encontrar formas, estratégias, para maximizar os seus ganhos e minimizar as suas perdas.

Pensamento por prompts e por imaginação dialéctica. A pessoa que pensa de forma emocional e sócio-estatística tende a pensar por *prompts*, por associações estímulo/resposta. Isto expressa-se na prevalência daquilo a que se pode chamar de imaginação dialéctica. Sob imaginação dialéctica, aquilo que é socialmente partilhado e sabe emocionalmente bem só pode ser verdadeiro, certo e justo (o critério de verdade e justiça é colocado na opinião social e na voz das emoções). Em sentido inverso, aquilo que não é socialmente partilhado e tende a ser desagradável às emoções tem, por conseguinte, de ser falso, errado e injusto. Pessoas que pensam desta forma são facilmente manipuláveis. Vivem no domínio empobrecido da mera existência sensorial, sob o jugo do consenso social e das variáveis situacionais à sua volta.

O homem com o chicote tem uma clara vantagem, em tal ambiente. Aí, a clara vantagem calculista pertence àqueles que controlam a distribuição de recompensas e punições e que determinam o consenso social (i.e. quais são as crenças “correctas” e as crenças “indesejáveis”). A formatação do consenso social dissemina as crenças e os valores que são ortodoxos, i.e. autorizados. A ortodoxia individual pode depois ser recompensada com coisas agradáveis e apelativas; nem que seja o privilégio de ter rações melhores, tarefas reduzidas, ou a hipótese de procriar, no feudo (ou, ser pura e simplesmente deixado em paz). É claro que a não-ortodoxia individual pode ser punida, por meio de castigos sociais, tortura, execução. Existem coisas que causam aprovação social, talvez até prazer e, essas são procuradas. Existem coisas que causam dor e essas são evitadas. As coisas que causam prazer são evitadas quando alguém com o poder de causar dor nega o acesso às mesmas.

O estado de fluxo, estado animal da humanidade.

O eterno perseguir da própria cauda: o social, as emoções e calculismo situacional. É fácil de ver que pessoas que pensam da forma atrás descrita são condenadas a um eterno labirinto de confusão, a perseguir a própria cauda nas suas emoções imediatas e nas opiniões alheias. A única forma de raciocínio “sofisticado” aqui presente é uma forma de calculismo lógico, pelo qual a pessoa procura determinar estratégias para maximizar ganhos e minimizar perdas. É um coadjuvante “lógico” para a perseguição da cauda. É activado por prompts estímulo/resposta, enviesado (nunca imparcial), portanto falacioso e irracionalista.

Estado de fluxo, o estado animal da humanidade – o patamar despótico, ontem e hoje. O patamar sócio-estatístico e emocional, pelo qual o ser humano é equacionado a um animal que se limita a estar em *estado de fluxo*, de ambientes em ambientes, à procura de recompensas (sem desenvolver uma *individualidade* integrada, coerente e consistente) é aquilo a que se chama o estado animal da humanidade; o estado de bestialização do Homem, do qual ele pode e deve ascender. É um patamar que era bastante seguro para a ordem despótica e arbitrária da Idade Média. É, aliás, o patamar que *todos* os despotismos procuram impor sobre os seus súbditos; é o patamar que caracteriza o próprio funcionamento oligárquico e que é

universalizado pela oligarquia sob despotismo. É isto que foi ressuscitado pela reacção totalitária do século 19 em diante, sob socialismo tecnocrático, comunismo, fascismo, ou o actual mercantilismo integrativo global.

A solução: ascensão pelo desenvolvimento de Razão.

Desenvolvimento de individualidade e de Razão implica ascensão acima desse patamar. Pessoas nesses moldes não desenvolvem a capacidade de pensar e agir acima de variáveis sociais e emocionais; de pensar e agir de uma forma que é independente e individual. Essa capacidade só é desenvolvida quando a pessoa se centra na procura pessoal daquilo que é verdadeiro e justo, independentemente de qualquer opinião social e de qualquer contexto situacional; e, claro, quando *age* em sentido convergente (uma coisa alimenta a outra). Só aí é que a pessoa se diferencia da massa e assume controlo sobre os seus próprios instintos animais; nem tudo o que é agradável é justo e há coisas desagradáveis que são justas, logo há que agir de acordo com isso. Só aí passa a pensar e a agir como um *indivíduo*. Este é o ponto essencial no percurso que leva ao pleno desenvolvimento de Razão.

Os Guardiões que travam guerra contra as bestas infantis, para as proteger.

Infantilização humana é um sistema de crenças conveniente para oligarquia. Sob qualquer despotismo, o homem é visto como uma espécie de animal mais avançado, gado. Na melhor das hipóteses, é visto como uma criança, incapaz de compreender o mundo em redor, inapto para acção auto-determinada. Na pior, é visto como um mero escravo, uma besta como qualquer outra, a ser usado enquanto é útil, descartado quando deixa de o ser. Tudo isto significa que tem de ser mantido sob controlo por aqueles que são os seus donos, os seus mestres e superiores. Um sistema de crenças muito conveniente para racionalizar e legitimar os abusos de castas oligárquicas.

Arbitrariedade e brutalidade como privilégios de classe – guerra contra plebeus. Durante a Idade Média, a maior parte dos membros das oligarquias governantes tendia a aceitar este sistema de operação como era (*havia claro, excepções*; estamos sempre a lidar com indivíduos, e não com peças de um qualquer puzzle monolítico). Era aquilo que tinham herdado das gerações anteriores e, mais que isso, era aquilo que estava certo e que deveria ser mantido a todo custo. Brutalidade, arbitrariedade e escravatura eram *privilégios de classe*, a manter e a expandir à enésima potência. A ordenação aristocrática da sociedade implicava que o aristocrata deveria travar *guerra* contra o plebeu [como no exemplo atrás dado sobre as histórias de troubadours, com os “cavaleiros da luz” a fazer guerra contra os “vilões”, as forças das “trevas”].

Classes governantes bestializadas – racionalização consensual de criminalidade. As classes governantes eram elas próprias bestializadas; caso contrário, não tratariam os seus semelhantes dessa forma. A mentalidade empobrecida, sócio/emocional, que era inculcada ao público era também aquilo que caracterizava as classes altas. Estas classes tinham (como têm)

as suas próprias culturas consensuais de grupo, centrando-se no exercício racionalizado de criminalidade, conforme expressa em arbitrariedade moral, egoísmo mesquinho de grupo, exploração e violência sobre os mais fracos.

A mentalidade dionisiaca, satanística. É, em essência, uma mentalidade dionisiaca/satanística, pela qual aquele que tem poder deve exercê-lo irrestritamente para maximizar os seus ganhos (individuais e de grupo), independentemente do mal que provoque em redor.

Mal é bem, e bem é a violência irrestrita sobre os fracos e indefesos, os “inestéticos”. Esse *mal* é, aliás, visto como algo de *bom*, na medida em que avança os privilégios do sujeito e dos restantes criminosos de elite e, pune e purga aquilo que é fraco, feio, indefeso – portanto *desprezível e mau*.

A transmissão cultural de crime, para gerar linhagens culturais sociopáticas. Sob formas mais ou menos diluídas, esta é a mentalidade à qual os membros das aristocracias eram, desde pequenos, habituados. Aquilo que melhor captura a real natureza destas classes é a ideia da linhagem criminosa, do sociopata intergeracional, que assegura que os seus traços são transmitidos aos filhos.

Imaginação dialéctica e consensualidade – “Ego” sou “deus”, o meu grupo é o “Olimpo”. Esta mentalidade é bem definida pela prevalência de imaginação dialéctica, conforme expressa nos seguintes axiomas: aquilo que é socialmente partilhado na classe e, é agradável às emoções e ao ego, só pode ser verdadeiro, certo e justo; ao passo que aquilo que o consenso da classe rejeita e, é desagradável ao ego e às emoções tem, por conseguinte, de ser falso, errado e injusto. O ego, aqui, é literalmente “deus” (Dionísio, Narciso, Tanatos) e a classe é o Olimpo.

A cara lavada que cobre o pântano subjacente – racionalizações. A realidade é uma coisa, aquilo que se apresenta em público é outra. Portanto, surgem os mais variados modelos de racionalização deste tipo de comportamento, justificações especiosas de cara lavada, que podiam ser passadas para a literatura ideológica da época e apresentadas ao público. E é até bastante possível que alguns dos membros destas oligarquias acreditassem realmente nesses tipos de *nonsense*.

“Classe guardiã, cavalaria espiritual desinteressada” [racionalização típica em despotismo]. Por sistema, essas linhas de justificação andam sempre à volta de linguagem platonista sobre a necessidade de haver uma classe guardiã, que assuma a onerosa responsabilidade da organização da sociedade da manutenção da ordem e da estabilidade. O que se segue é o sistema de racionalização que é mais ou menos universal para despotismos. O despotismo feudal, com toda a sua brutalidade e exploração, era *necessário* para assegurar a paz humana e social. A oligarquia não ganhava nada com a sua dominância e, muito menos agia de uma forma viciosa e auto-centrada. Pelo contrário, era a classe guardiã, uma colecção de cavaleiros espirituais, profundamente preocupados com a preservação da ordem social: um camponês miserável, ignorante e aterrorizado de cada vez. Era uma classe desinteressada, humanitária, imersa em compaixão por todas aquelas pobres pessoas que não sabiam como se gerir; e que, portanto, precisavam de quem nelas mandasse [ainda hoje, os pequenos destas famílias são corrompidos desde a tenra infância e treinados para aprender a fazer estes teatros].

Culpar a vítima e outros jogos circulares sociopáticos [incluindo a demonstração autística]. E é um facto que uma boa parte das classes plebeias, habituadas como eram a exploração e a opressão, tinham-se tornado, de facto, domesticadas e dependentes. Colocar esse argumento a um destes oligarcas seria, em essência, escusado. Assumiria a postura autística que todas estas pessoas aprendem a assumir, nos momentos desconfortáveis em que o charlatanismo de classe é exposto; no espírito dessa postura autística, limitar-se-ia a repetir *ad aeternum* que “os plebeus, coitados, precisam de quem ordene as vidas deles e se não concorda com isso, é uma pessoa desumana”. Até certo ponto, estas pessoas acreditam realmente nisto, naquilo que é uma espécie de doublethink; nem todo o autismo expresso é teatralizado. Seja como for, a destruição de vidas para depois impor um sistema de gestão autoritária, sob o pretexto de salvar as vidas destruídas, é um exemplo típico do tipo de *loops* dialécticos que são conjurados pela mente sociopática. O sociopata parte as pernas ao cavalo e depois bate-lhe por não conseguir correr.

Inversão de valores para satisfazer caprichos oligárquicos.

Moralidade, legalidade e factualidade redefinidos para corresponder a capricho oligárquico. A mentalidade dialéctica aqui presente é bem expressa naquilo que já foi indicado, imaginação dialéctica: aquilo que me agrada e ao meu grupo tem de ser verdadeiro, correcto e justo; ao passo que aquilo que não me agrada e ao grupo tem, por força, de ser falso, incorrecto e injusto. Esta mentalidade guia e molda todo o processo psicossociológico do despotismo. O que é verdade (ortodoxo), correcto (moral) e justo (legal) é aquilo que agrada arbitrariamente aos déspotas; ao passo que aquilo que é falso (não-ortodoxo), incorrecto (imoral) e injusto (ilegal) é aquilo que desagrade aos egos medíocres dos déspotas. Faz parte da operação de relações públicas usar a linguagem da moralidade para justificar aquilo que é injustificável e, elicitar tolerância para com aquilo que é intolerável. Logo, o sistema medieval de exploração e desumanização era inevitavelmente justificado pelos seus próprios guardiães com base nesta linguagem.

Tudo o que é parasítico é “moral”; aquilo que é salutar é “imoral”. Escravatura é “moral”, servidão é “moral”, liberdade pessoal é “imoral”, difusão popular de conhecimento não-ortodoxo (i.e. quase todo) é “imoral”.

O papel eclesiástico na inversão de valores; a prostituição do Templo.

Largas secções da Igreja contribuem para legitimar barbarismo feudal. As altas posições do clero medieval, as que eram política e ideologicamente relevantes, eram recrutadas a partir das fileiras da aristocracia. Tudo isto contribui para a dissolução ideológica de largas secções da Igreja, que distorcem as noções bíblicas de bem e de mal, de boa e de má conduta, de forma a atribuir legitimidade teológica ao barbarismo feudal.

Igreja prostituída para redefinir “moral” e “imoral” à imagem da oligarquia. Tudo isto foi muito importante para definir como “moral” aquelas coisas que eram úteis às castas

feudatárias e, como “imoral” aquelas coisas que lhes eram prejudiciais. É claro que, quando este exercício é levado a cabo por sacerdotes, isto é algo que é particularmente grave: estas são pessoas que redefinem gnosticamente as noções bíblicas de bem e de mal, em nome de privilégios corporativos e do respeito dos homens. Está-se, claro, no domínio do anátema e do comportamento criminoso. Estas pessoas utilizavam a imagem de Jesus, o próprio Cordeiro, torturado e crucificado por déspotas escravagistas, para justificar despotismo e escravagismo.

A mentalidade oligárquica, do fariseu que vende o Templo a falso poder e a falsa paz. É a mentalidade oligárquica, disponível para retorcer até a imagem do Filho de Deus e os Mandamentos para justificar os seus próprios luxos e privilégios de classe e, claro, para obter o respeito dos homens (os restantes oligarcas que são frequentemente irmãos ou primos). Estas pessoas estão na mesma exacta liga das várias oligarquias de sacerdotes corruptos e apóstatas que são descritas ao longo das Escrituras; os levitas que enganam o povo para favorecer as classes altas, os fariseus que enchem o Templo de banqueiros [falso poder] e de vendedores de pombas [falsa paz universal]. A tudo isto, as Escrituras chamam *prostituição*, o acto pelo qual os sacerdotes prostituem o Templo (aqui, a Igreja), ao poder terreno.

Ao mesmo tempo, as Escrituras eram censuradas e distorcidas. Isto era convergente com o estado de obscurantismo em que estas oligarquias mantinham as Escrituras em si (que eram distorcidas e censuradas). Como comentado atrás, obscurantismo é o patamar comum do funcionamento oligárquico.

Um homem justo conta mais que um quadrilhão de homens desonestos. Os casos em que isto foi feito não devem, porém, ofuscar os muitos casos em que sacerdotes responsáveis se afirmaram por princípios de verdade, bondade e justiça. Neste domínio, como em todos os outros, um homem justo conta mais que um milhão de homens desonestos.

Descoberta de *real* Cristandade permite ascensão humana e civilizacional.

Mas é afirmação de princípios Bíblicos que permite ascensão do colectivismo medieval. Deus está acima da história, e reservou o papel principal para a Cristandade: nos bons e nos maus momentos. O *nome* da Cristandade tinha sido usado para justificar, colaborar em, e até exortar a alguns dos piores momentos da Idade Média. Mas foi a afirmação dos princípios Bíblicos que permitiu à civilização humana encontrar uma via de saída do inferno colectivista que caracterizava o sistema medieval. É da literal descoberta destes princípios, na sequência do Renascimento e com a Reforma, que ascende a *verdadeira* visão, a visão bíblica, de qual é o valor do indivíduo e de como uma sociedade deve ser organizada.

Homem criado à imagem do Criador.

Igualdade universal, direitos inalienáveis. O Homem é criado à imagem do Criador e, nessa medida, todas as vidas humanas são intrinsecamente iguais e únicas, dotadas de liberdades e de direitos inalienáveis que são garantidos por Deus e que não podem ser negados por nenhuma autoridade humana: vida, liberdade, auto-determinação.

Individualidade e Razão. Sendo criado à imagem de Deus, o Homem tem o potencial intelectual e moral para se desenvolver em pleno enquanto tal; para desenvolver *Razão*. Uma individualidade plena, assente em bons princípios morais, capacidade intelectual superior, engenho e criatividade. Todos os indivíduos têm esse potencial; negar o seu desenvolvimento a quem quer que seja é desviar o cego do seu caminho, e isso não é apenas condenado por Deus; é amaldiçoado.

A boa sociedade, em prol de todos, não apenas de alguns – governo do, pelo, para o povo. O Homem nasce dotado de um potencial incalculável para mudar e desenvolver o mundo à sua volta, em prol de *todos*, não apenas de alguns. Desenvolvimento, geração de riqueza e de prosperidade, progresso científico e tecnológico, são valores intrinsecamente bons e justos; como é, aliás, afirmado ao longo de todas as Escrituras. O ideal almejado é a boa sociedade. Governo do povo, pelo povo, para o povo; e o indivíduo no centro, com direitos e liberdades que lhe são inalienáveis.

Eugenia medieval, transitada para colonialismo

Eugenia medieval – “More from the fit, less from the unfit”.

“Might makes right” e “sangue azul”. A ideia essencial reside numa forma de darwinismo social (na prática, a intemporal “lei do mais forte”), onde o homem forte tem o direito de organizar a sociedade para que esta trabalhe para si. Com o tempo e com o passar das gerações, o “homem forte” já nem sequer era um homem, mas algo entre o homem e o semi-deus, uma entidade superior, com direito a alegar “sangue azul”, “nascimento especial”, “linhagem de qualidade” e por aí fora.

Procriação selectiva. Previsivelmente [isto tem tendência a acontecer em todas as oligarquias, mais cedo ou mais tarde], como o “sangue” se tornava tão precioso e era tão raro e qualitativo, o que começava a ser adoptado era o velho costume de procriação selectiva, regra geral dentro da própria família, para manter a “pureza da linhagem”. É claro que o resultado disto era/é doença mental hereditária e outras doenças genéticas.

WATT – Procriação selectiva, entre realeza e banca.

(AWnewh – 47:20) Reis e rainhas unidos para fins eugénicos. Processo controlado pelos sacerdotes. Os Rothschilds casam-se na família, para manter os traços desejáveis na família.

Haréns e bordéis feudais – transposição para colonialismo. Era bastante comum que as mansões e os palácios feudais tivessem o seu pequeno harém ou bordel privativo, para o barão feudal. Este reservava-se o direito de alienar as mulheres locais que pretendesse; bem como prisioneiras de guerra, escravas compradas a preço, e outras. O resultado disto é o facto de que muitos destes indivíduos acabavam por ter múltiplos bastardos, que eram depois distribuídos por várias funções, cargos e senhorias. Isto era, na prática, a perpetuação do velho sistema romano, onde o pater familias fazia o mesmo com as suas escravas e prostitutas de villa. Depois, este sistema é transposto sob a mesma forma exacta para o sistema colonial, onde a plantação de escravos mimetiza os “estados” (“estates”, “estados”, propriedades) de servos europeus das gerações precedentes.

Servos, submetidos a escravatura, aborto, despopulação. Os servos eram, claro, mantidos em organização sob um sistema de castas laborais, condenados a miséria e trabalho forçado, submetidos a controlo populacional. Uma das formas de fazer isto era por meio de “desmanchos”, o proverbial aborto – hoje em dia de volta, sob a forma de “saúde maternal global”. Mas muitas outras vezes havia puros e simples massacres de populações; era comum que, quando confrontado com excessos populacionais nos seus “estados”, o barão feudal

resolvesse usar métodos como mandar colocar o “excesso” numa barçaça velha, que seria depois colocada no meio do rio mais próximo e, finalmente, incendiada por arqueiros [ver mais métodos].

Eugenia medieval transita para práticas coloniais.

Colonialismo (continuação de feudalismo) continua a usar todos estes métodos. Escravatura, reprodução selectiva, organização por castas sócio-laborais e práticas de controlo/redução populacional: todos estes sistemas passam para o ambiente colonial que é instituído pelas guildas/companhias mercantis, as organizações feudais/imperiais que encabeçam o movimento de colonização.

Extermínios deliberados sobre ameríndios e africanos. Aqui, há que dar destaque aos extermínios de massa que foram praticados sobre as populações colonizadas em novos continentes, com destaque para populações ameríndias e africanas. Isso não foi um fenómeno disperso e mais ou menos accidental, como é comum acreditar-se hoje em dia. Pelo contrário, havia método e deliberação.

Varíola, álcool, reservas/comunas, etc. [“Silent weapons for quiet wars”]. Por exemplo, os britânicos tinham manuais (hoje em dia, públicos) onde ensinavam os oficiais coloniais a realizar várias formas de guerra silenciosa sobre os nativos-americanos das terras colonizadas (isto incluía, por exemplo, sugestões sobre incentivar alcoolismo ou outros vícios perniciosos sobre essas populações – mais à frente, o sistema de reservas/comunas vai institucionalizar muitas dessas práticas e o sistema de reservas índias torna-se num sistema de genocídio lento). Num exemplo mais ou menos popularizado, um destes manuais explicava como realizar guerra biológica com varíola: lençóis que tinham sido usados por soldados e colonos doentes com varíola deveriam ser recolhidos, e entregues como prendas, oferendas de paz, à tribo-alvo. Visto que os índios não tinham qualquer forma de imunidade contra a varíola, as taxas de extermínio eram enormes; algumas populações desapareceram por inteiro. [e aqui só resta saber se não foi exactamente isto que aconteceu poucos séculos antes aos índios da América do Sul e Central, durante o contacto com os povos latinos]

Ex. Canadiano – Massacres infantis em internatos, crematórios infantis. Uma outra prática notória, hoje em dia sujeita a investigações na Columbia britânica e em outras regiões canadianas, era a de internar os índios jovens em instituições escolares/reservas juvenis, supervisionadas pelo governo provincial em conjunto com várias igrejas (anglicana, unitária e outras) que operavam como *charities*, ONGs, para a gestão e para o controlo social das populações colonizadas/dominadas. Esses centros registavam taxas de morte inacreditavelmente altas. Hoje em dia, sabe-se que muitas dessas mortes eram, na prática, homicídios: os responsáveis pelos centros assassinavam crianças índias rotineiramente. Alguns destes centros incluía crematórios infantis subterrâneos, bastamente usados – algo remanescente dos velhos

cultos de Astarte e Moloch. Ver trabalho do Rev. Kevin Annett e dos seus associados das Nações Índias do Canadá.

Todos estes métodos transitam para o sistema eugénico pós-Darwin.

Eugenistas vestem brutalidade feudal com roupagem de pseudociência. Tudo o que os eugenistas fizeram foi reasseverar, recodificar e dar roupagem “científica” às práticas que vinham da era medieval [o mythos justificativo continuou a ser o da lei do mais forte; agora, porém, a terminologia usada falava de selecção dos mais aptos num mundo de recursos limitados]. Portanto, temos a obsessão com a procriação de “bom sangue”, por oposição ao impedimento da procriação de “mau sangue”, e à redução da quantidade de pessoas “disgénicas”/“inferiores”.

Esterilização, aborto, extermínio científico – de Marie Stopes à ONU. A esterilização foi introduzida como método, o aborto foi institucionalizado (com o sistema de planeamento familiar, instituído pela racista e eugénista Margaret Sanger e pela Nazi Marie Stopes, que enviava poesia romântica a Hitler), e o “extermínio científico” de “inaptos” tornou-se numa prática consistente e continuamente perpetrada. A ideia de extermínio científico “de populações indesejáveis num mundo de recursos limitados” tornou-se endémica, e é transversal à história humana dos últimos 150 anos: as reservas índias da América do Norte; os campos de concentração na África do Sul; os extermínios tribais levados a cabo pelos alemães em África; o extermínio de populações inteiras, “inaptas para socialismo”, na Rússia soviética e, depois, na China maoísta ou no Camboja khmerista; os extermínios levados a cabo pelos Fascistas europeus; e a campanha de extermínio lento do 3º mundo, que tem vindo a decorrer desde o final dos anos 60, sob a supervisão cuidadosa do sistema ONU.

Feudalismo: Fusão público e privado, corporativismo, oligarquia, estratificação, guildas

A Babel oligárquica medieval.

Castas de estilo hindu, corporativizadas, rígidas, oligárquicas. Durante a Idade Média europeia, houve a tentativa de criar um sistema estático: o sistema feudal. Em muitos aspectos, esse sistema era virtualmente idêntico ao sistema védico hindu. Era um sistema de duas classes, apresentando uma estratificação funcional por castas, organizadas por questões de privilégio e por estatutos sócio-laborais. A sociedade estava corporativizada, significando que todo o poder estava integrado num único sistema consensual/oligárquico, e era exercido em estatuto público/privado. Este Idealtypen feudal era o modelo para o qual os esforços organizacionais da época eram orientados.

A morgue social é medíocre e resulta em conflito perpétuo, peste, fome. Foi concretizado nas mais variadas ocasiões. Regra geral, nunca durou; era demasiado medíocre e auto-fragilizado para durar. Quando era alcançado por um principado ou por uma cidade, era facilmente conquistado por competidores externos, ou desfeito pelas revoltas internas que, pela sua brutalidade, estimulava. De certa forma, este foi o verdadeiro Santo Graal da era medieval: a tentativa de construir a utopia terrestre, estática e “harmoniosa”, onde cada qual está no *seu lugar* e todos fazem o que *lhes compete*, rotineiramente e sem levantar questões. Mas a morgue não funciona, enquanto sistema de organização humano. Portanto, o máximo que foi alcançado foi manter a Europa em estado de desestabilização permanente, dividida entre feudos armados, cidades-estado utópicas depressa colapsadas, obscurantismo intelectual, guerras constantes, massas em fuga, pestes, fomes. Foram 1000 anos de “Children of Men”; e é a esse padrão histórico que *vamos voltar*, sob neo-feudalismo global.

Carlos Magno, fundador do feudalismo e do Império Germânico.

Organizador do Sacro-Império Romano Germânico. Carlos Magno (742-814 d.C.) foi o iniciador do feudalismo, e o organizador do Sacro-Império Romano. O sistema de controlo e direcção era baseado numa teocracia, na qual Carlos Magno e os seus sucessores encabeçavam uma estrutura composta por barões seculares e por membros do Clero romano. Em breve este sistema engolfava a maior parte da Europa.

Restabelecer o Império – Organização estatal-imperial, concessões, baronias. Como tal, distribuiu baronias e concessões e estabeleceu controlo imperial generalizado sobre comércio,

agricultura, obras públicas. Instituiu um sistema de serviço militar obrigatório, por forma a criar um exército imperial. Da mesma forma, recorreu a trabalho forçado entre as classes baixas. Reduziu os pequenos agricultores a servos feudais e tornou as comunidades responsáveis por providenciar a corte e os oficiais públicos com comida e mantimentos.

A natureza do sistema feudal/imperial. Para compreender a natureza daquilo que Carlos Magno e os seus sucessores procuraram fazer, é preciso compreender o que é feudalismo.

Fusão entre domínios público e privado.

A real essência de feudalismo é a fusão entre domínios público e privado. Esta é a real essência de feudalismo (algo muito mal entendido na nossa era). Sob feudalismo, não existe distinção entre domínio público e domínio privado.

Um clique assume controlo sobre o poder do estado e impõe *diktats* sobre toda a sociedade. É o tipo de sistema pela qual interesses particulares (uma clique, um grupo, até indivíduos) assumem controlo de todo um espaço sócio-económico, sujeitando todo e qualquer aspecto da vida aos seus *diktats*. Uma parte restrita do domínio privado (estes interesses particulares) assume controlo do poder do estado, como manifesto no uso de força policial e militar, e no uso de regulação geral, “pública”.

Poder do estado torna-se um domínio para uso privado pela clique. O poder do estado é depois usado para servir estes interesses particulares e para impor os seus ditames a toda os restantes particulares na sociedade.

Todos os particulares são controlados pela clique, através do poder do estado. Toda a actividade privada passa a ter de corresponder estritamente aos requisitos que são impostos pela autoridade feudal (ou, público/privada). Mas a fusão total entre público e privado implica mais do que isso: implica que *toda* a actividade privada tem de ser fundida no aparato autoritário. Ou seja, não basta a um negócio “privado” ser licenciado e ultra-regulado para operar; tem de operar em concertação com os restantes elementos da “comunidade”, em regime de cartel. Da mesma forma, deixam de existir *direitos individuais* (que são privados, ao indivíduo), bem como sequer *vida privada/privacidade*, enquanto tal. O indivíduo só pode ter direitos que lhe são *concedidos* pelas autoridades da comunidade (direitos colectivos, privilégios individuais) e, tudo o que acontece tem de ser inteiramente acessível às entidades que operam o sistema feudal.

Poder público e poder privado fundidos em mero *poder* prepotente. Portanto, não existe qualquer distinção entre domínio privado (a parte da vida que é controlada por indivíduos privados) e domínio público (aquilo que é do foro comum a *todos* e que, portanto, deve estar sujeito a arbitragem e regulação equidistante e imparcial). O poder público e o poder privado são fundidos por um grupo de interesses em puro e simples *poder*. Esta é uma fusão prepotente e, com efeito,

criminosa, entre ambos os domínios. Os interesses particulares que assumem o poder coercivo do estado, assumem total autoridade para fazer tudo aquilo que queiram, sobre territórios, recursos, populações, áreas de actividade económica, etc.

Corporativismo: o Corpo Social e a corporativização da sociedade.

Actividade sócio-económica por concessão. Nalguns casos, a feudalização podia ser obtida por conquista militar, ou outra. Nesse caso, o conquistador impunha o seu poder despótico sobre aqueles que eram dominados. Noutros casos, o conquistador, ou a sua descendência, atribuíam direitos de exploração feudal, público/privada, a pessoas ou a organizações nomeadas para o efeito. O soberano (rei, imperador, príncipe) atribuíam *licenças*, ou *cartas de concessão/existência* aos domínios feudais. Por exemplo, uma baronia rural recebia uma carta para o efeito. Uma guilda (profissional, mercantil) recebia uma carta de concessão de actividades económicas, que lhe garantia uma dada *share* dessa actividade.

Concessão por quotas, cartéis, monopólios. Todas as actividades eram encaradas como um todo limitado, a partir em quotas e a repartir por interesses concessionados. O exercício da actividade pelas entidades assim concessionadas era exercido em cartel, sob concertação mútua (o que hoje existe com confederações de sectores, ordens profissionais, etc.). É claro que também podia dar-se o caso de uma única entidade receber direitos exclusivos de exploração de uma actividade (monopólio).

Integração coerciva de todos os agentes económicos no sistema concessionário. É claro que, sob este sistema, todos os agentes que estivessem interessados em entrar numa dada actividade, tinham de estar ser concessionados, licenciados, para isso. Todas as actividades eram subsidiárias, exercidas em regime de concessão e privilégio, sob a licença de cada nível hierárquico de distribuição de autoridade. O imperador podia dar a concessão de uma actividade (e.g. metalurgia) a uma cidade, que a atribuíam a uma guilda (guilda dos ferreiros) que, por sua vez, organizava a distribuição de *shares*/parcelas do sector a agentes autorizados. Ou seja, operar (e.g. como ferreiro) implicava integração compulsiva/coerciva no aparato público/privado que controlava e regulava o sector de actividade económica (a guilda dos ferreiros) [*O indivíduo que procurasse ser ferreiro sem esta autorização seria punido por quebrar o cartel*]. Da mesma forma, sob feudalismo puro, se alguém vivia numa cidade, tinha por força de estar integrado numa das estruturas corporativas: no município, na paróquia ou numa das guildas.

Cidades: domínios absolutos, público/privados, geridos em *parcerias* consensuais autoritárias. Uma *cidade* recebia um foral de existência; as cidades eram domínios tão feudais e absolutos como qualquer plantação de servos. A cidade tinha um governo local centralizado sob uma cabeça (e.g. doge e/ou assembleia municipal). As autoridades locais (cidade) actuavam em plena conjugação com as restantes entidades feudais aí presentes: as paróquias e as guildas. Todas estas entidades trabalhavam em *parceria* no governo da cidade, em sistema de

cooperação/coordenação/consenso/mesa redonda, entre autoridades supremas que, desta forma, concertavam os seus respectivos poderes de actuação. Toda a estrutura de governância da cidade medieval era público/privada: era impossível fazer uma distinção clara entre os dois domínios.

Sistema autoritário em cartel, do local ao global (da comuna à corte). O sistema de que estamos aqui a falar é um sistema autoritário exercido em sistema de cartel, “do local ao global” (i.e., da cidade feudal à corte imperial).

Corporativismo: a sociedade como corpo orgânico integrado [*fascii*, *soviète*]. Este sistema é melhor denominado de corporativismo. Conceptualiza a sociedade como um único *corpore*, um único *corpo colectivo organizado*, um grande Corpo Social. Este corpo é composto por múltiplos órgãos, tecidos e células, que vão das unidades feudais (principado, cidade, guilda, baronia, etc.) aos vários indivíduos que nele são compulsivamente integrados. O principado, ou reino, ou império é, ele próprio, o feudo pessoal do soberano, agregando todas as restantes unidades feudais. É esperado que todo o sistema funcione como uma grande família feliz, de degenerados feudais, onde todos são interdependentes [inteiramente dependentes], unidos, “fusionados” [acorrentados uns aos outros], onde um único sistema tudo governa e tudo regula, controlo total [totalitarismo]. A melhor imagem que foi encontrada para caracterizar a “fusão” da sociedade num todo integrado é-nos dada pelo *fascii*, os feixes atados do Fascismo (os feixes são as diferentes unidades da sociedade total), apenas um dos sistemas que tentaram reavivar esta forma de degeneração oligárquica. Todos os totalitarismos do século 20 tentaram fazê-lo e, com efeito, não existe qualquer diferença de relevo entre o *fascii* e o *soviète*.

Sistema canibalístico, incapaz de criar, que vive de saque, exploração, opressão, reciclagem. Esta forma de organização não se limita a ser autoritária e criminosa. É também auto-destrutiva e canibalística. Existe para manter e engrandecer um *status quo*, à custa do resto da sociedade e, como tal, procura congelar e anular qualquer expressão de criatividade e inovação (fontes de variância e de imprevisibilidade). Isso faz com que este sistema seja incapaz de criar. Vive a partir de saque, exploração, reciclagem contínua de velhos valores. Cria opressão extrema, em todos os sentidos, a par e passo de miséria e devolução social. Com efeito, todos os sistemas corporativistas, da Idade Média aos sistemas totalitários do século 20, encontram o seu principal domínio de actividade na destruição de vida humana; seja por genocídio, seja pela criação de indigência, pobreza, miséria.

O Corpo Social é melhor entendido como uma espécie de zombie de anti-matéria. Se levarmos a analogia do corpo social a sério, temos de o equiparar a um corpo composto de células cancerosas, com efeito, uma gigantesca metástase, uma estrutura morta-viva, que sobrevive apenas pelo contágio, absorção e destruição de tudo o que encontra em redor. Outro exemplo possível seria um corpo de anti-matéria. Algo eminentemente negativo e perverso, que destrói tudo aquilo com que entra em contacto; a inversão do toque de Midas. Um buraco negro seria uma forma mais inteligente de colocar esta questão.

[cont.] Corporativismo – De Saint-Simon à Corporazione às PPPs.

Socialismo, Tecnocracia, Comunismo, Fascismo, Comunitarismo, são Corporativismo. Este é o modelo de organização social que está na essência das formulações Socialistas (Saint-Simon, Comte, Marlo, Rodbertus, Marx, Spencer, Ruskin, etc.) e da formulação de Socialismo de direita, i.e., Fascismo. Por exemplo, Herbert Spencer usou este sistema degenerado para formular a sua ideia do Organismo Social, a sociedade totalitária na versão X-Club, Royal Society. De resto, tudo isto é a mantra de voodoo negro que animou os totalitarismos do século 20 e anima o perfil cadavérico do comunitarismo do século 21 (Red Toryism, “aristocratismo vermelho”).

Fascismo e a corporazione. É este último que adopta directamente o termo Corporativismo, definindo *corporazione* ao modo clássico medieval: a entidade autoritária, compulsivamente integrativa, que exerce domínio absoluto sobre uma dada área de actividade humana. Por exemplo, uma ordem profissional é uma *corporazione*. Mas, regra geral, a *corporazione* é algo de transversal a toda uma área de actividade sócio-económica. Por exemplo, a *corporazione* educacional do estado Fascista agrega representantes do governo e das federações sociais e de jovens (ONGs), como também o a ordem profissional de professores, o seu sindicato legal, as empresas que administram as escolas. Todos se juntam a uma mesa redonda e tomam decisões de consenso compulsivo, como uma grande família feliz. De resto a imagem, o eidolon que guia tudo isto, é o feixe, o *fascii*, representando a família feliz de prisioneiros; todas as agências da sociedade atadas entre si. O feixe de joio que é levado durante um tempo, até ser cortado e lançado ao fogo para o qual foi criado.

Comunismo, o “comité proletário”, e o feudo privatizado de estado. Sob Comunismo, temos o mesmo exacto cenário, com diferenças subtis: a linguagem adoptada aposta em termos como “soviets”, “comités”, “comissariados”, e são praticadas distorções semânticas sobre termos como “público” e “privado”. O Fascismo e o Socialismo fabiano preferem usar o termo “privado”, embora a realidade seja um sistema público-privado. O Comunismo, para manter a demagogia sobre “defesa do proletariado”, prefere usar o termo “público”, embora a realidade seja o mesmo exacto tipo de sistema público-privado, e a gestão do “público” seja, na prática, totalmente detida pelas cliques oligárquicas que gerem o “estado proletário” (i.e., *de facto* privatizada). De resto, o conceito do soviète é essencialmente o mesmo do fascii, a família corporativa feliz, os prisioneiros do *apparat* (a entidade imaginária à qual é dada vida própria por aquiescência – esse é o princípio essencial sob estes sistemas).

Socialismo Inglês [socialismo gradualista tecnocrático]. Sob Socialismo fabiano, o mesmo tipo exacto de sistema é adoptado, embora o termo “corporação” seja mais ou menos evitado. Esta é, afinal, a mais cínica forma de Socialismo, fabianismo, a besta angelical das 1000 caras, a formulação de John Ruskin, Herbert Spencer, os Webbs e Lord Keynes, na qual também é justo incluir Otto Bauer, Karl Kautsky e Antonio Gramsci. É o paradigma que guia a II Internacional,

que sucedeu na subversão das democracias liberais no pós II Guerra e que guia as duas grandes revoluções de gabinete dos nossos tempos, a revolução neo-liberal da LSE/Chicago School e o golpe neo-conservador/neo-trotskyista de Leo Strauss e James Burnham. É também o paradigma que conduz a actual deriva para fascismo transnacional, sob comunitarismo, e isto é algo a que os ideólogos do socialismo britânico chamam de Red Toryism. O mundo comunitário Agenda 21 é o mundo “Rule Britannia”, onde a velha múmia arrasta as suas garras esqueléticas sobre tudo o que ainda tem qualquer tipo de vida. O ponto seguinte serve como veículo essencial para tudo isto.

As PPPs guiam o novo Estado Corporativo Tecnocrático (i.e. Fascista). Hoje em dia, o controlo feudal é re-instaurado quando as entidades públicas cedem o seu próprio poder de governância sobre um ou mais segmentos do domínio público a entidades privadas. É o caso das actuais Parcerias Público-Privadas (PPPs). As entidades públicas podem continuar presentes no espaço da PPP (como no caso de policiamento de rua) mas todas as decisões passam a ter de ser tomadas sob registo corporativo, i.e., em mesas redondas e com plena repartição de poderes entre as duas partes. Na prática, o que acontece é que deixa de haver a distinção entre ambos e dá-se a fusão. O domínio público deixa de exercer o seu papel legítimo como árbitro e regulador equidistante entre *todos* os privados. Passa a ser parte interessada na vitória de um privado específico *sobre todos os outros*. Quanto mais este processo avança numa sociedade, tanto mais feudalizada essa sociedade se torna, e tanto menos poder efectivo é exercido pelo domínio público legítimo; e, pelos privados legítimos. O poder público e o poder privado são fundidos em mero **poder**, a ser arbitrariamente usado e exercido pelos particulares que assumem controlo sobre o aparato público/privado. O complexo de combinações público/privadas (o estado pós-moderno, ou corporativo fascista) assume de modo gradual o controlo efectivo de todos os espaços económicos sobre os quais actua. Ou seja, o ataque da anti-matéria sobre a vida real.

Hierarquia e privilégio.

Hierarquia e gradação sócio-económica rígida, do príncipe aos indigentes. Todo o sistema feudal era atravessado por relações hierárquicas rígidas e bem delimitadas. O príncipe (que também podia ser um rei ou imperador) era o suzerano supremo e estava no topo da escala. A seguir vinha toda uma sucessão, complexa e bem organizada, de suzeranos secundários, composta dos barões do sistema feudal (classes aristocráticas, o que inclui nobreza e clero). Cada suzerano obedece e responde apenas ao suzerano imediatamente acima na escala hierárquica. Abaixo das classes baronis, encontramos os as classes de “gestores” da sociedade (mestres de guilda, capatazes, oficiais militares de nível intermédio) e, abaixo deles, temos as castas de trabalhadores (trabalhadores de guilda, operários, vilões, servos rurais). No extremo inferior da escala, e já fora da hierarquia feudal, temos as massas de pobres extremos, indigentes, rejeitados sociais.

Privilégio. Os sistemas baseados em privilégio surgem por oposição a sistemas baseados em mérito (apesar de poder haver intercalação entre ambos), ou em trabalho independente. São expressão de exercício de poder arbitrário. Na economia baronial da Idade Média, as relações dos suzeranos para com os seus dependentes são expressivas deste princípio. A posição e o estatuto social são os factores dos quais dependem a atribuição de concessões, cargos, prémios, rendimentos, poderes. Por vezes, também pode existir o factor de mérito: um cavaleiro faz um trabalho importante para o príncipe e é recompensado com um “estado” por isso. Mas, regra geral, esse cavaleiro receberá uma concessão de monopólio extra para a sua guilda mercantil, ou um cargo importante na corte, pelo *simples facto* de ser um cavaleiro. O domínio das relações sociais pelo factor de privilégio é algo que vinha contribuir fortemente para a quase impossibilidade de descongelar a ordem sócio-económica instituída.

Estratificação sócio-económica rígida, castas sociais.

Quase-inexistência de mobilidade social. Sob feudalismo, quase todos tinham uma posição social fixa, do nascimento à morte. O futuro de cada criança era atachado a uma estação sócio-económica predefinida desde a nascença: os artesãos eram filhos de artesãos e permaneciam artesãos para a vida, e o filho do servo rural seguiria as pisadas do seu pai pela quinta colectiva, onde seria vendido e comprado com a terra.

O sistema de castas medieval. O sistema de organização social sob feudalismo era rigidamente estratificado sendo, na prática, um sistema de castas, muito similar ao indiano, no qual havia uma distinção rígida entre classes sociais.

As classes nobiliárquicas. No topo da sociedade, tínhamos as classes nobiliárquicas, que ocupavam todas as estações de poder na sociedade, incluindo as clericais. O papel das classes nobiliárquicas é equiparável ao dos brâmanes indianos: os literais semi-deuses da sociedade organizada. Esse estatuto divinizado era propagandeado por meio de imagens sociais mistificadas, mitos/fábulas familiares que eram transmitidos aos servos, e nascimento nobre e de “sangue azul”). Estas classes tinham o seu próprio sistema complexo de hierarquização, do Imperador à pequena aristocracia-leiteira.

Os muito pobres, nómádicos ou semi-nómádicos. No extremo oposto, tínhamos os dejectados da sociedade, os indigentes, as hordas de miseráveis que apinhavam os arredores exteriores das cidades e dos feudos rurais, as florestas, os pântanos e os caminhos. Estes eram equiparáveis aos “intocáveis” da sociedade hindu.

O caso específico do clero. As classes clericais eram as únicas que recrutavam em todos os sectores da sociedade e, durante a generalidade do período medieval, o clero foi o único milieu social onde existia alguma forma de mobilidade social. Tecnicamente, era possível a um pobre

tornar-se monge e, daí, ascender a uma posição importante na hierarquia eclesiástica. Porém, é evidente que as posições mais relevantes eram, regra geral, ocupadas pelos filhos da aristocracia.

Servos e vilões. Depois, tínhamos as classes de trabalhadores rurais, os servos e os vilões, as classes mais baixas da “sociedade aceite”.

As múltiplas gradações de artesãos urbanos. Nas cidades, existia um sistema complexo de organização sócio-laboral, onde um indivíduo era definido pela sua “profissão” ou “mester”, e/ou pela sua incorporação numa qualquer outra entidade corporativa [o John Smith era literalmente o ferreiro, de uma família de ferreiros e, os seus filhos seriam ferreiros. O Michael Taylor era o alfaiate. O Joseph Churchman era o encarregado da igreja, e os seus filhos também o seriam. E assim sucessivamente; todas as línguas europeias têm em si a herança desta especialização sócio-laboral do europeu médio no período medieval]. Isto dava origem a um elaborado sistema de castas sócio-laborais, hierarquicamente organizadas entre si, em tudo similar ao sistema hindu; até existe o paralelismo de haver uma “divindade patrona” para cada uma destas castas/actividades [no caso europeu isto era um santo, no caso hindu um “deus”].

Oligarquismo [o fascii corporativo e os seus frutos].

[Ver também notas sobre **Corporativismo**].

Domínio por fratrias oligárquicas. O sistema feudal/baronil é puramente oligárquico, baseado na estrutura da fratria. Mesmo quando existe um tirano (príncipe, um doge autocrático ou um imperador), existe sempre, por norma, uma oligarquia, que ou o controla ou lhe é subserviente.

A fratria/oligarquia impõe o seu próprio egoísmo de grupo ao resto da sociedade. A estrutura da fratria/oligarquia é, por natureza, uma estrutura social que assume uma forma de identidade própria, um género de ego colectivo, obtido a partir da adopção sistémica de um conjunto de valores, crenças e comportamentos partilhados; uma forma de mínimo denominador comum entre membros, ao qual todos têm de subscrever, sob pena de sanção. Essa identidade é acompanhada de um *ethos* tipicamente alicerçado na ideia de que o grupo é o centro da vida social – a sua vanguarda ou elite – e tem, consequentemente, o direito e o dever de a explorar, gerir, dominar, a seu bel-prazer. Para o benefício dos explorados, mind you. Existem sempre racionalizações especiosas e dissociativas para o exercício arbitrário de egoísmo de grupo. A vida volitiva das entidades oligárquicas está sempre focada na obtenção de mais e mais poder, colectivamente partilhado e exercido.

É um *gang* institucionalmente respeitável. Por outras palavras, uma oligarquia é um *gang* criminoso, devotado à obtenção de poder e riqueza pelo exercício de crime organizado sobre o resto da sociedade. Mas, regra geral, é vista como uma entidade respeitável e institucional, pelo motivo de já ter adquirido o poder institucional que um vulgar bando de meliantes ainda não

adquiriu, ou nunca vai adquirir. O *gang* de rua é desrespeitado, mas o “consórcio”, a “ordem”, a “fraternidade”, ou a “irmandade” são vistas como entidades legítimas, até notáveis, respeitáveis.

Concentração oligárquica de poder sobre todos os domínios da vida. O domínio oligárquico da sociedade medieval é o factor mais relevante para explicar a ossificação e a degeneração que a caracterizavam. As oligarquias dominantes centravam-se (como hoje) na concentração e na partilha de poder absoluto, e na destruição e saque de tudo em redor para o alcançar.

Corporativismo – Monopólios e fascii oligárquicos. Isto era expresso (como hoje) na inexistência de separação entre domínios público e privado; o único domínio que existia era o *domínio oligárquico* – o poder oligárquico. A impertinência típica de uma oligarquia implica que era esperado, exigido, que o resto da sociedade se submetesse a tal medíocre sistema. As cidades eram controladas pelas guildas oligárquicas. A produção de larga escala e o comércio de longo curso eram dominados por consórcios de monopólio. A vida intelectual era dominada por oligarcas eclesiásticos. A força militar estava nas mãos de oligarquias fechadas, “irmandades”, de condes, duques, marqueses e histriónicos germânicos, nas suas várias ordens. E por aí fora. Toda a estrutura sócio-económica e política de uma sociedade feudal era controlada por anéis oligárquicos concomitantes, ou até mesmo coincidentes. Em vez de haver um único explorador, existiam estes *gangs* organizados de exploradores; a palha isolada parte-se facilmente, mas o feixe de joio (o fascio oligárquico) aguenta-se unido e resistente, até ser finalmente cortado e jogado ao fogo para o qual foi feito.

Oligarquismo: o exemplo paradigmático da Alemanha.

Um fóssil medieval no início do século 20. Não é coincidência que a Alemanha fosse notória por ser o país europeu mais “medieval” durante as primeiras décadas do século 20. A estrutura oligárquica de controlo sobre os territórios germânicos preservava os traços essenciais das instituições oligárquicas do Alto Império. Era conhecida como o Quarteto, e composta de *donos de terras* [a imutável classe dos Junkers], *industrialistas* [chefes de guilda mercantil], *oficiais militares de carreira* [os cavaleiros do Imperador], *administradores públicos* [cortesãos imperiais]. Comummente, o mesmo indivíduo era membro de várias, ou mesmo de todas estas classes. Por exemplo, Franz von Papen era um Junker, daí obteve cargos militares importantes, funções de administração pública (embaixador) e tinha interesses investidos nos mais variados cartéis industriais alemães. Regra geral, um membro de qualquer uma destas classes tinha por força de “provar o seu valor” por estar filiado numa das tradicionais ordens/fratrias de cavalaria “espiritual” teutónica.

Os frutos de oligarquismo.

Congelamento sócio-económico e obscurantismo intelectual. A obsessão feudal-oligárquica com a obtenção e concentração de poder expressava-se no cultivo de uma cultura alicerçada em congelamento sócio-económico e em obscurantismo intelectual, bem como na rejeição e supressão de qualquer forma alternativa ou mais vital de organização sócio-política. Por outras palavras, é algo como um culto de vampiros que mantêm a presa atada ao chão, para que a possam sugar continuamente, em colectivo concertado. O sangue que nutre o sistema oligárquico-feudal é composto da pobreza e servitude do resto da sociedade. As amarras que a prendem ao chão, são o congelamento da iniciativa individual e do espírito humano.

As oligarquias contraem e implodem os sistemas que exploram. Qualquer presa só tem uns poucos litros de sangue; se esses litros forem sugados com demasiada sofreguidão, a presa morre depressa. Essa é a norma com grupos oligárquicos. Estes grupos são (sociológica e historicamente) irracionalistas, dominados pela impaciência e auto-destrutividade dos seus próprios ímpetus volitivos colectivos. É por isso que as oligarquias são tipicamente usadas e manietadas por sujeitos poderosos que mantêm a sua individualidade intelectual. Portanto, a tendência natural das oligarquias é a de nunca estabilizar o seu próprio sistema de exploração; pelo contrário, absorvem progressivamente mais poder, em muitas direcções diferentes, até provocarem a implosão do seu próprio sistema. Regra geral, isso é reconhecido; por isso mesmo, uma oligarquia que mantenha algum sentido vestigial de realidade procura sempre contratar especialistas técnicos que lhe planeiem o amanhã, com a preparação de invasões, saques, conquista de novos territórios e populações para explorar [e este é um jogo bastante limitado num só planeta, sob a incapacidade criativa do sistema oligárquico e sobre a sua sanha destrutiva sobre toda e qualquer fonte de criatividade]; ou, numa versão mais sofisticada e actual, por meio de sistemas de especulação, endividamento indefinido, monetização de virtualidades.

Sistema canibalístico, incapaz de criar, que vive de saque, exploração, opressão, reciclagem. Esta forma de organização não se limita a ser autoritária e criminosa. É também auto-destrutiva e canibalística. Existe para manter e engrandecer um *status quo*, à custa do resto da sociedade e, como tal, procura congelar e anular qualquer expressão de criatividade e inovação (fontes de variância e de imprevisibilidade). Isso faz com que este sistema seja incapaz de criar. Vive a partir de saque, exploração, reciclagem contínua de velhos valores. Cria opressão extrema, em todos os sentidos, a par e passo de miséria e devolução social. Com efeito, todos os sistemas corporativistas/oligárquicos, da Idade Média aos sistemas totalitários do século 20, encontram o seu principal domínio de actividade na destruição de vida humana; seja por genocídio, seja pela criação de indigência, pobreza, miséria. Limitam-se a sobreviver pelo contágio, absorção e destruição de tudo em redor. Algo como anti-matéria, eminentemente negativo, pervertido, anti-humano, que destrói tudo aquilo com que entra em contacto; a inversão do toque de Midas. Um buraco negro colocado no meio da civilização humana.

Os frutos de oligarquismo – exemplos práticos.

Exemplo prático: a festa oligárquica, um *red light trailer park*. Este irracionalismo e sofreguidão é bastante patente, embora de modo indirecto, na dinâmica das festas palacianas da era medieval, onde os corredores do palácio eram repletos de orgias colectivas, álcool, lixo espalhado pelos corredores, cadáveres, pessoas desmaiadas, dejectos humanos. No final de cada estação, o palácio era tipicamente abandonado, deixado num estado doentio e pestilento, para ser limpo pelos servos; e a trupe oligárquica mudava-se para outro destino – de palácio de Inverno para palácio de Primavera e assim sucessivamente. Este tipo de registo continua a ser típico entre oligarcas, como, de resto, entre qualquer outro grupo humano reduzido ao mais baixo mínimo denominador comum: por fora, cara lavada e respeitabilidade aparente; por dentro e a toda a volta, lixo e destruição.

Exemplo prático: pobreza endémica e “simplicidade” caracterizam Idade Média. As economias feudais medievais eram, por norma, destroços estacionários ou contraccionários. A pobreza era endémica, o trabalho era excessivo (14-18h/dia não era incomum), havia a ausência de bens essenciais, fome, doença e morte prematura eram a regra, e não a excepção. Isto é o benchmark histórico para “austeridade”, “simplicidade de vida”, “costumes espartanos”, numa framework de “local ao global” (da comuna ao império).

Conflito permanente – As Cruzadas e Veneza. Uma consequência inevitável do anterior é o facto de a Idade Média ter sido caracterizada por conflitualidade permanente, à medida que os diferentes sistemas oligárquicos do continente europeu se degladiavam entre si, e procuravam expandir-se para fora, por forma a obter mais poder e mais territórios para si mesmos. As Cruzadas nunca foram “guerras de religião”, embora esse tenha sido o *mythos* no qual muitos dos oligarcas, assumidamente, acreditaram. As Cruzadas foram guerras de recursos, influência e territórios. Foram guerras pelo controlo dos portos e das rotas comerciais da região; e por uma porta de acesso a um novo espaço de territórios e recursos, a Ásia. Foram também uma forma de unificar o poder militar europeu em algo mais que dissipação em guerras internas. Os únicos oligarcas com frieza intelectual suficiente para assumir tudo isto desde o início foram os Venezianos. Por isso mesmo, Veneza foi aquela que mais poder obteve das Cruzadas, que mais o expandiu, e que melhor o preservou, durante mais tempo. Os Venezianos sabiam o que estavam a fazer, ao contrário do que aconteceu com muitos oligarcas germânicos ou francos, que acreditavam realmente nos mitos de glória mística com que se haviam auto-persuadido.

Feudos rurais.

Latifúndio detido por uma autoridade público-privada (barão, guilda). O feudo rural era baseado na ideia da villae romana. Por outras palavras, era uma estrutura latifundiária dominada por um barão feudal que detinha o monopólio da administração e do emprego de força sobre esse território e sobre todos os seres humanos nele residentes. Sob o sistema feudal, o barão tinha de ser autorizado por quem estava acima dele (príncipe, rei, imperador) a possuir esse poder de

monopólio e, em troca, comprometia-se a pagar indulto pela carta de autorização. Nalguns casos, o feudo rural era explorado por uma guilda mercantil concessionada para efeito, e este era o caso com muitos dos maiores latifúndios. Em muitos casos, o feudo era adquirido por conquista militar independente. Isto era muito frequente nas (frequentes) fases de guerra, nas quais a estrutura de obediência hierárquica (para com um príncipe ou imperador) era inexistente ou irrelevante.

Barão/guilda fornece protecção e garante violência. Protegia os seus servos contra assaltantes externos, por meio das suas próprias forças contratadas; e assaltava-os ele próprio à vontade. Isso está, aliás, implícito à teoria e prática do conceito de servidão.

Castelos e mercenários. Os castelos e os exércitos privados da era medieval tinham dois propósitos. O primeiro era o de cumprir funções de defesa e de ataque relativamente a grupos de fora: proteger os territórios de invasores, e preparar acções contra os mesmos. O segundo era o de contenção das populações servis, i.e., manter os servos em xequo. Neste particular, serviam para proteger os grupos dominantes de (mais ou menos comuns) motins e revoltas populares.

Servos e vilões. Os servos eram, na prática, os escravos do sistema feudal. Eram comprados e vendidos com a terra e era esperado que cumprissem todas as funções que deles fossem exigidas. Toda a sua vida era controlada e regulada pelas autoridades feudais sob cuja dependência estavam. Os vilões surgiam apenas um passo acima. Eram “tenants”, ou seja, pagavam renda pelo solo onde trabalhavam; tinham um módico a mais de liberdade que o servo. A distinção entre as duas classes acabou por desaparecer. Ambos os grupos estavam sujeitos à micro-gestão arbitrária do senhor da terra. Sem a permissão do mesmo não podiam casar, mudar de habitação, etc.

Micro-gestão, crime organizado, prima noctae e bordéis privados. Os servos e os vilões tinham de se submeter à vontade do senhor da terra – os servos eram sua propriedade pessoal e os vilões estavam apenas um passo acima. Todas as suas actividades estavam sujeitas a escrutínio permanente e, sem a permissão do barão, não podiam casar, mudar de habitação, e por aí fora. Este sistema de crime organizado era bem expresso na prática de *prima noctae*, mas também na (muito menos conhecida e bastante habitual) prática de os senhores feudais montarem haréns que incluíam várias das suas servas, e isto, claro, era feito independentemente da vontade das mesmas [*os filmes revivalistas de hollywood nunca mencionam este e outros aspectos da romântica existência medieval, mas gostam de representar os barões como homens interessantes, dialogantes e sensíveis – a forma pela qual representam a aristocracia em geral – algo bastante conveniente para o prelúdio da era neo-feudal, na qual todas as maravilhas românticas da vida medieval voltam, desta vez em versão high-tech*].

Histórias de trobadours e outras vilanias nada nobres. O carácter petulante e elitista que reinava nas classes altas feudais é bem exemplificado pela demonização do termo “vilão”. O vilão estava apenas um passo acima do servo, na escada social; era um personagem desapossado e

dependente, apenas com um pouco mais de liberdade que o servo. Talvez este módico a mais de liberdade tenha dado origem a múltiplos “atrevimentos” de classe, durante as gerações. Seja como for, o termo “vilão” acabou por ser equacionado a “bandido” e a “criminoso”. Nas histórias de fadas dos demagogos provençais, o “vilão” está ao mesmo nível que o dragão; é tipicamente a figura que rapta a princesa, ou assalta a igreja local, ou inventa um plano para saquear a terra; o “nobre” barão chega para salvar o dia, colocando o “vilão” no seu lugar – “*mind your place*”, ou, “*cada macaco no seu galho*” [os motes de todos os sistemas de castas]. Ou seja, a típica manifestação de racismo de classe que ascende continuamente dos fólios da Idade Média, algo que surge para colocar em perspectiva as histórias míticas sobre uma era de ouro, onde as relações entre classes eram caracterizadas por respeito e fidelidade mútua, sob as quais os senhores de terras viviam em perpétua harmonia com servos que os amavam profundamente (nessa altura a expressão Síndrome de Estocolmo ainda não tinha sido inaugurada).

Guildas profissionais e guildas mercantis.

Organização da actividade comercial por monopólios. No sistema feudal, a actividade comercial estava organizada em sistemas concessionados de cartel e de monopólio, segundo o modelo corporativista.

Monopólios de produção local/empregabilidade. Por um lado, havia os monopólios de actividade produtiva local – as guildas de empregadores, guildas artesanais ou profissionais. Essas entidades eram similares às actuais ordens profissionais.

Monopólios comerciais – Guildas mercantis. Por outro lado, havia os cartéis e os monopólios comerciais, que eram atribuídos às guildas mercantis.

Guildas profissionais – Monopólio, escassez artificial e micro-gestão.

Guilda, uma corporação público-privada, integrada no sistema feudal – Morris. A guilda era uma corporação, uma entidade público/privada, integrada no sistema feudal. Recebia, da autoridade municipal, uma concessão de monopólio sobre a sua actividade económica respectiva. Esta autorização dava-lhe o poder de passar as suas próprias regulações privadas para o exercício dessa actividade económica. «...*the corporation was the direct descendant of the mark, i.e. the tribal land-holding body... We may again mention that these corporations and guilds, the industrial associations in short, were accepted as due and legal members of the feudal hierarchy*» [William Morris & E. Belfort Bax (1893). *Socialism: It's Growth & Outcome*. London: Swan Sonnenschein & Co.]

“Artes e ofícios”, “mistérios” – licenças profissionais. As profissões estavam organizadas sob o sistema de guildas. Quem quisesse praticar uma profissão regulada (as “artes e ofícios”, ou os “mistérios”, como eram conhecidas) tinha de pertencer à guilda respectiva, i.e., ser um praticante aprovado com uma licença profissional a comprová-lo.

Guilda dotada de poder totalitário sobre membros individuais. A guilda tinha poder totalitário sobre as vidas dos respectivos membros. Policiava e espiava os seus membros, sobre variáveis que iam bem além do mero exercício de actividades económicas (e, mesmo que fosse só sobre estas actividades, a prática de espionagem diz-nos algo sobre qual o tipo de mentalidade que reinava aqui). O tipo de controlo que exercia estava ao nível da mais amesquinhada e absurda micro-gestão. Por exemplo, a guilda determinava como é que a pessoa se podia comportar (normas de comportamento no e fora do trabalho, uma vez que o “profissional de guilda” não estava intitulado a existência privada), o que é que podia dizer em público, como e quando se podia casar, que roupas podia vestir, que alimentos podia comer.

Punições por faltas contra a guilda – Protecção legal em crimes contra público. As regras de exercício profissional (e em outros domínios) eram bastante estritas, e o incumprimento das mesmas implicava a aplicação de punições. Estas podiam ir de multas a remoção da licença profissional, e até a humilhações públicas, tortura e execução. No reverso da medalha, temos uma das marcas essenciais do corporativismo: os membros que cometessem crimes contra o público eram frequentemente protegidos pela guilda, por vezes através de sistemas de imunidade legal (colectiva), mas também através do puro e simples ocultar do crime. Aliás, é este tipo de mentalidade criminosa, endémica ao movimento de guildas, que surge a má conotação que está associada ao termo português “corporativismo”.

Guildas eram entidades anti-concorrenciais.

Quotas sobre o número de negócios autorizados. Por um lado, limitavam o número de práticas/lojas que podia haver em cada cidade; o critério nisto era o de evitar a concorrência directa entre lojas. Por exemplo, se Nuremberga tivesse 10 bairros, a Guilda de Ferreiros da cidade podia decidir que iria haver uma loja por cada bairro, desde que uma loja não “roubasse” clientes às dos bairros circundantes.

Quotas sobre número de profissionais. Por outro lado, as guildas limitavam o número de profissionais, a dois níveis: a) o número de mestres de guilda, i.e., indivíduos autorizados a montar as suas próprias lojas; b) o número de praticantes e aprendizes era estritamente controlado por meio de um sistema de quotas, que dependia do número de vagas que eram expectáveis na economia estacionária da cidade medieval.

Controlo estrito de níveis de produção e de preços – subprodução. Os preços eram mantidos altos pelas condições de concentração de mercado/ausência de competição, pela imposição de escassez artificial de produção implícita ao sistema de quotas, e pelas tabelas de preços que eram definidas.

Demagogia sobre qualidade é empiricamente falsa – Ex. indústria EUA 1800s/1900s. O mote que é usado pelos saudosistas destas entidades é o de que é a *qualidade* que conta, e não a *quantidade*. Ou seja, sob o sistema de guildas os produtos eram pretensamente de elevada qualidade, apesar de serem escassos e raros. Sob o “perverso” sistema capitalista-industrial, os produtos são, pretensamente, de má qualidade, apesar de serem baratos e abundantes. A demagogia implícita a esta linha de argumentos nunca consegue resistir ao teste da história: é a América industrial do pós-Guerra Civil que reduz o modelo de guildas europeu ao absurdo, ao produzir mais, melhores e mais baratos produtos que alguma vez antes tinha sido conseguido fazer (até mesmo contabilizando a Grã-Bretanha industrial) e a obter prosperidade social em larga escala com esse exercício. Por outro lado, os frutos do sistema miserabilístico da produção de guilda são isso mesmo, miserabilísticos: pobreza, escravatura laboral, preços elevados, escassez de produtos.

Guildas profissionais – Os “Mistérios”.

Os “mistérios” – Ultra-especialização e obscurantismo. Uma parte essencial do sistema de guildas era a ultra-especialização que estava implicada em cada “mester”. Os conhecimentos técnicos exigidos para a prática do “mester” eram restritos à guilda, o que significava que a sua difusão pública era estritamente proibida – esta era uma das faltas intoleráveis cometidas contra a corporação. Estes conhecimentos só podiam ser transmitidos de mestre para aprendiz e assim sucessivamente, de geração em geração. Os fólios escritos sobre estes assuntos eram escassos e de acesso restritivo. O termo “mester” tornou-se, aliás, a raiz para o termo “mistério”.

Obscurantismo técnico-científico, hoje em dia em retorno gradual. Desta forma, este conhecimento técnico (na prática, questões teórico/práticas relativamente simples e facilmente compreensíveis pelo comum dos mortais) era tornado, mais que proibido, interdito, “misterioso”. Quando puro e simples conhecimento técnico se torna um “mistério”, algo de esotérico e escondido, uma espécie de Nó Górdio apenas deslindável pelos semi-deuses do panteão técnico-profissional, então isso significa que estamos na presença de obscurantismo e, mais que isso, de charlatanismo – o que era o caso descarado deste sistema. É aliás preocupante que, na nossa era, esta mentalidade esteja a voltar gradual e progressivamente: não é que a informação seja suprimida; mas foi criado o preconceito irracionalista de que informação técnica especializada só pode, de alguma forma, ser interpretada e entendida pelos supracitados semi-deuses do panteão técnico-profissional. Sempre que a civilização adopta esta forma de (não) pensar, o que acontece é que a racionalidade morre, e o progresso científico-tecnológico morre logo a seguir.

Guildas: Aprendizes.

Patronagem e escravatura técnica. A pessoa que quisesse tornar-se artesã tinha de ser aprovada pela guilda, o que significava que tinha de passar vários anos na condição de aprendiz (geralmente 7 anos). Isto era trabalho não-remunerado, durante o qual o aprendiz era tecnicamente o escravo do seu mestre, ou patrono. Era comum que essa condição de escravatura fosse todo-o-terreno, implicando escravatura sexual e afins; por exemplo, o sistema de patronagem das cidades-estado italianas tornou-se infame, em parte devido a esse aspecto.

Sistema vivia de trabalho de aprendizes e assalariados subremunerados. O sistema vivia do trabalho escravo destes aprendizes e também do trabalho de todo o género de assalariados, que eram mantidos com baixos salários.

Aprendiz aprovado após form(at)ação no espírito colectivo de classe. O aprendiz era aceite como membro da classe quando mostrasse que estava bem formatado no espírito colectivo.

Sistema de intercâmbios de aprendizes. As guildas eram internacionais e era frequente que um patrono X (por ex., em Estugarda) acordasse com o patrono Y (por ex., em Amsterdão) que lhe iria enviar o aprendiz Z, para aprender a língua neerlandesa, ou para aprender aquela nova técnica autorizada de colorir tecidos, já que isso seria útil para o negócio. O sistema de aprendizado medieval incluía todo um elaborado sistema de viagens de intercâmbio, protagonizadas pelos aprendizes em nome da sua guilda ou do seu mestre.

EU@GermanicEmpire – Estágios internacionais e “gratuidade”. É relevante que o sistema internacional de estágios EU seja *assumidamente* baseado no sistema de aprendizagem de guilda da era medieval, dando destaque à “gratuidade” do trabalho e à experiência em intercâmbio internacional. É neste cenário geral que se insere a tendência para períodos de estágio progressivamente mais longos e profissionalizantes. Aquilo que alegadamente começou como uma espécie de “experiência de rotinação” no emprego, está a tornar-se uma forma de emprego *per se*, e isso tem de ser visto à luz do compromisso EU com valores neo-medievais, neste e em tantos outros particulares.

Guildas: Sindicatos [a queda das guildas].

[Ver notas sobre Condições laborais e sindicatos].

Forma de protecção contra hierarquia e cleptocracia que caracterizam sistemas de guilda. Os sindicatos modernos começaram por aparecer como formas de defesa contra o sistema hierárquico e cleptocrático de guilda. Os seus aderentes surgiam dos mais variados grupos: alguns eram membros de guildas que pretendiam emancipação, outros eram trabalhadores não-especializados que davam por si a ser consistentemente explorados pela guilda.

Determinante para emancipação de classes operárias e médias. O movimento sindical que surge no início da era moderna é determinante para a extinção destas abominações e para a

configuração do proletariado e das classes médias. A formação de ambos os grupos (enquanto entidades definidoras da modernidade) passa pelo movimento de emancipação laboral e comercial que é, em boa parte, protagonizado pelos sindicatos. A abolição legal dos sistemas de camorra/monopólios profissionais liberta os mercados para o aparecimento de uma classe média urbana de pequenos e médios lojistas e industrialistas, os “*petit bourgeois*”, como Marx e outros lhes chamam [“*bourgeois*” era, na verdade, um termo insultuoso atribuído pela aristocracia às classes médias emergentes – o facto de ter sido assumido por simpatizantes das doutrinas aristocráticas do Conde de Saint-Simon, como Karl Marx, é bem expressivo]. A vitalidade sócio-económica que daí surge é determinante para a caracterização da modernidade. Ao mesmo tempo, a extinção das regulações laborais escravagistas sob o sistema de guildas emancipa as classes operárias, que se vêem livres para formar *sindicatos legais* (algo proibido até aí), obter melhores condições sob o sistema “bourgeois” e, até, para ascenderem socialmente às classes médias.

Queda das guildas traz vitalidade e emancipação sócio-económica. *A transição nem sempre foi fácil, ou rápida, mas aconteceu* [“David Copperfield” não é exemplificativo de toda essa transição; é exemplificativo de uma escravagista e feudal Inglaterra, que continuava a ser escravagista e feudal na transição para industrialismo]. Certamente não acontece do modo que é retratado pelos demagogos socialistas e pré-völkischer do século 19, como Marlo, Rodbertus ou o seu sucessor Karl Marx, que retratam o operariado urbano como vivendo infinitamente pior que nos tempos da Idade Média (tendo em conta que a Alemanha que retratam ainda era dominada pelas guildas, essas observações são, no mínimo, interessantes). Na prática, foi só a partir da ascensão de capitalismo de classe média que as classes operárias puderam assumir-se como classe política, adquirir direitos próprios e obter emancipação sócio-económica (habitação social, segurança social, saúde pública, etc). Até aí, viviam em puros bairros de lata e morriam cedo, sob condições de excesso de trabalho, desnutrição, doença, etc.

Capitalismo New Deal, o único amigo que resta aos sindicatos. É justo dizer que os únicos amigos que restam aos sindicatos são os proponentes de capitalismo Lincolniano/New Deal, i.e., capitalismo industrial e de classe média; esse tipo de sistema não pode existir, ou perdurar, sem que existe um contrabalanço forte a interesses comerciais ou corporativos poderosos, e esse contrabalanço tem de surgir dos próprios trabalhadores, organizados em sindicatos fortes e coesos.

A traição comunista e socialista-fabiana aos sindicatos. É bastante relevante que o movimento comunista e que a generalidade dos movimentos socialistas expressem o maior amor pelos sindicatos, enquanto na prática, os desapoderam sempre que podem, para instituir estruturas de guilda. Faz parte do compromisso ideológico destas correntes com a ordeira, estável e “justa” sociedade da Idade Média, destruída pela “burguesia” e pelo “capitalismo”. Sob influência comunista, os sindicatos são cooptados para disseminar propaganda (como Lenin disse que teria de ser feito) e, quando a revolução é completa, são pura e simplesmente banidos (como aconteceu em todos os sistemas comunistas na história). Sob socialismo fabiano, a abordagem é

bastante mais insidiosa: os sindicatos são tornados “parceiros estratégicos” dos patrões, sentados a uma mesa redonda com toda a gente, desnaturados, desapoderados, e tornados gradualmente obsoletos e irrelevantes.

Fraternidades teutônicas, cavalgar com Mercúrio e Marte

Fraternidades teutônicas: Conquista militar, choques com o Papado, saque universal.

Da marca à irmandade. Os cavaleiros teutônicos são uma das classes mais violenta em toda a vida medieval. Corporativamente, este grupo descendia das grandes marcas guerreiras germânicas, que entram no panorama europeu-ocidental durante o período romano, com a adoção de *foederatii* na estrutura legionária. Durante os séculos que se seguem à queda de Roma, tornam-se a classe oligárquica mais poderosa da Europa, a par da própria Igreja de Roma. Organizam-se em grandes irmandades corporativas, como Hospitalários e Templários.

Base sociológica para culto de brutalidade universal da Prússia-Germânia. É aqui que é cultivado o culto de violência, dominação e destruição universal que virá a caracterizar a cultura feudal Prusso-Germânica.

Saque e guerras de conquista. A maior parte das aventuras militares acontece em solo europeu: surtidas de saque contra reinos e, muito geralmente, burgos, mosteiros, igrejas [bispos e monges de ordens consideradas inimigas eram atacados, expulsos das próprias igrejas, presos, assassinados]. Ganham riqueza e poder com a guerras de Reconquista e com as Cruzadas no Médio Oriente.

A aliança teutônica com os Ishmaili – subversão e gnosticismo. É no Médio Oriente que estas ordens de cavalaria encontram os seus aliados naturais: as ordens Ishmaili (Hashesheen) da Síria e do Líbano. Adoptam muitos dos sistemas Ishmaili, particularmente o seu gnosticismo, as suas táticas de subversão e terrorismo psicológico e, mais que tudo, as suas técnicas de cooptação de movimentos sociais (por exemplo, movimentos de desapossados urbanos) para influência social e política. Este encontro gnóstico contribui para reforçar a crença teutônica no valor da ausência de carácter, na postura de “os fins justificam os meios”. Esse axioma está no núcleo central do que é gnosticismo.

Conflitos Papa-Imperador – Orgulho, privilégio, ordens religiosas e anti-Papas. A vida no Sacro Império era dominada pelos conflitos entre o Papa e o Imperador – o poder da Igreja contra o poder do império terreno. As fases de entente eram, regra geral, breves intervalos que intercalavam um estado de conflito permanente. O Imperador procurava dominar a Igreja, como o Império Bizantino tinha conseguido fazer e, para o fazer, procurava ganhar ascendência sobre a Igreja, pela criação das suas próprias ordens religiosas, e pela oferta de privilégios aos bispos, como propriedades e títulos feudais [mais tarde, a revolução protestante contra a Igreja é apoiada pelos príncipes alemães, com base no excesso de luxos feudais do clero]. Ao mesmo tempo, o Papa procurava obter controlo sobre estas hordas germano-imperiais e colocá-las sob o seu próprio comando. Noutros episódios, os Imperadores nomeavam Anti-Papas por resposta ao Papa; ou o Papa excomungava o Imperador. A vida era bastante animada, na era medieval.

Barbarossa, o martelo, as fraternidades prusso-germânicas e a utopia terrestre. O Imperador Frederico Barbarossa estava entretido com as habituais batalhas de anti-Papas, Avignon, Roma, excomunhões, assédios a cidades-estado italianas e assim sucessivamente, quando deu por si a ser excomungado pelo Papa. Após isto acontecer, fez uma das afirmações mais importantes da história, ao dizer que, “*a partir de agora serei o martelo*” – destruição tornou-se o mote e o martelo tornou-se um símbolo muito importante em tudo isto. Seja como for, as fraternidades de cavalaria das marcas teutónicas desenvolveram uma obsessão em criar o império terreno 'perfeito', em que a autoridade terrena (o Estado feudal de estilo prusso-germânico, i.e., totalitário) fosse suprema e viesse a assumir pleno controlo do domínio moral e religioso. É daqui que surgem indivíduos como Fichte, Hegel e assim sucessivamente.

Fraternidades teutónicas: Banca internacional, da Helvécia às actuais *long firms*.

Mercúrio e Marte. Mercúrio é o deus romano dos comerciantes e dos salteadores de estrada. Também tem funções guerreiras, que usa para levar a cabo as suas actividades criminosas. Mas quem precisa de um pingente enfezado como Mercúrio para fazer todo o trabalho sujo quando existe Marte, o deus da guerra? Mercúrio pode devotar-se a pura e simples persuasão militarizada, enquanto Marte derrama o sangue.

Ordens teutónicas, os primeiros banqueiros internacionais. Os primeiros banqueiros internacionais europeus eram aristocratas puros: as fraternidades de cavalaria teutónicas. Com as conquistas no Médio Oriente, estas fraternidades vieram a ganhar um poder geopolítico e um *know-how* organizacional com que poucas organizações no continente europeu podiam rivalizar. Os cavaleiros teutónicos entram no negócio de emprestar ouro directamente aos tronos e às classes poderosas da Europa, montam vastas redes sucursais para o efeito, e até introduzem o primeiro sistema europeu de cheques. O sistema bancário integrado que estabelecem acaba por ser particionado e desmantelado.

Suiça e a City. Porém, as fratrias teutónicas nunca abandonam a prática [é até legítimo perguntar se não dominaram *sempre* a prática; mas, aí, estamos no domínio da mera especulação histórica]. Uma das suas criações essenciais é o estabelecimento de um conjunto de comunidades fortificadas numa região remota, montanhosa, inóspita, dificilmente acessível da Europa continental – um destino apropriado para guardar muito ouro e muitos valores. Essa região é, claro, a antiga Helvécia, também conhecida como Suiça. Outro centro preferencial de operações vem a ser a City de Londres, embora bastante mais tarde, e na companhia de novos associados. Aí, são criados sítios como Temple Street e as *checkerboard exchanges* [pavimentos em xadrez onde as trocas eram feitas com pinos trocados entre as várias casas], onde “homens de honra” podem resolver as suas questões financeiras “on the square”, e por aí fora.

Establishment actual – Suiça, epicentro global – Londres, centro de operações para *long firms*. Muito do establishment actual (bem como das suas guildas e irmandades) descende, de uma

forma ou outra, destas corporações feudais teutónicas. A Suíça é o maior cofre-forte do planeta e, ao mesmo tempo, o epicentro do sistema financeiro europeu (agora global) de há muitos séculos para cá. Sob o actual sistema financeiro global, a Suíça é a sede. Londres é o centro de operações no terreno. E depois existe toda uma série de *long firms*, organizadas por Londres pelo mundo fora, de Paris a Frankfurt, Nova Iorque, Hong Kong, Shanghai [uma *long firm* é uma firma fraudulenta que se monta para fazer negócios pelos quais não se pretende pagar].

Idade Média (notas soltas)

Carlos Magno, o fundador do feudalismo.

As quintas estatais de Carlos Magno, inspirações para latifúndios comunistas, fascistas e comunitaristas.

Hierarquização, estratificação rígida, elitismo.

Camisa-de-forças sócio-económica.

Pobreza, servitude, congelamento do espírito humano.

Lei do mais forte, limpezas étnicas, genocídios, migrações em massa, guerras privadas, salteadores e saltimbancos.

Terror e brutalidade.

Feudos rurais, servidão feudal.

A cidade e as guildas.

O sistema de guildas.

Guildas – Aprendizizes / e o aparecimento de sindicatos para combater as guildas.

As guildas eram organizações de monopólio.

“Chartered Corporations”, companhias feudais de monopólio mercantil.

Socialismo científico vai buscar inspiração a feudalismo medieval e a colonialismo. (ver notas sobre ***Socialismo, neofeudalismo***)

Idade Média – sistema eugénico.

Lutas entre Imperador e Papa.

Igreja Católica medieval – Paganismo.

Jesuítas.

Os Judeus na Idade Média europeia.

Idade Média – Transposição e reprodução sob colonialismo imperial.

Carlos Magno, o fundador do feudalismo.

Organizador do Sacro-Império Romano Germânico. Carlos Magno (742-814 d.C.) foi o iniciador do feudalismo, e o organizador do Sacro-Império Romano. O sistema de controlo e direcção era baseado numa teocracia com Carlos Magno e os seus sucessores nas posições dominantes. O sistema em breve engolfou a maior parte da Europa.

Controlo estatal generalizado sobre várias áreas da economia. Carlos Magno estabeleceu controlo estatal generalizado sobre comércio, agricultura, e obras públicas.

Instituição de trabalho forçado. Iniciou obras públicas com recurso a trabalho forçado entre as classes baixas.

Feudalismo regional e servidão. Reduziu os pequenos agricultores a servos feudais e tornou as comunidades responsáveis por providenciar a corte e os oficiais públicos com comida e mantimentos.

Sistemização do exército, serviço militar obrigatório. Isto foi acompanhado de sistemização do exército e serviço militar forçado.

As quintas estatais de Carlos Magno, inspirações para latifúndios comunistas, fascistas e comunitaristas. Grandes villae imperiais, campos de trabalho forçado para agricultura de larga escala. Tornam-se inspirações para a plantação colonial e, claro, para os grandes latifúndios produtivos (trabalho igualmente escravo) de comunismo e de fascismo, ambos sistemas reaccionários que reclamam encontrar as suas origens directamente em Carlos Magno. O mesmo padrão é encontrado sob comunitarismo actual, uma fusão de fascismo e de comunismo, que tem o seu estado-modelo no estado de escravos da China.

Hierarquização, estratificação rígida, elitismo.

Estabilidade social, com posições sociais fixas. Toda a gente tinha uma posição social fixa deste o nascimento. As várias gradações da população eram rigidamente estratificadas e o futuro de cada criança era predeterminado à nascença. Os artesãos eram filhos de artesãos e permaneciam artesãos para a vida. O camponês permanecia um camponês e estava preso à terra.

Sociedade altamente estratificada, hierarquizada, por castas. Gerida por uma hierarquia de guildas, nobreza e clero.

Os suzeranos submetiam-se apenas aos suzeranos mais elevados. Mas os próprios suzeranos tinham de se submeter aos suzeranos que eram mais elevados que eles próprios.

Portanto, estrutura de hierarquia rígida, do Imperador, ou Rei, ao barão feudal.

Camisa-de-forças sócio-económica. Economia estagnada e ossificada, excesso de trabalho, pobreza generalizada. Os pobres suportavam a sua pobreza sem esperança de qualquer mudança, do berço à cova. Trabalhar 14 a 18 horas por dia era uma regra, em vez de uma excepção. A falta de bens essenciais, fome, doenças, e morte prematura eram a regra, não a excepção.

Pobreza, servitude, congelamento do espírito humano. O sistema alimentava-se de pobreza e servitude e visava manter a sociedade nesse estado ad aeternum. Visava o congelamento da iniciativa individual e do espírito humano numa estrutura hierárquica autoritária.

Lei do mais forte, limpezas étnicas, genocídios, migrações em massa, guerras privadas, salteadores e saltimbancos. Um ambiente de guerras privadas, saque, caos, insegurança. Barões lutavam contra outros barões e atacavam camponeses, burgos, mosteiros.

O Exemplo do reino de terror dos cavaleiros teutónicos. Bispos e monges de várias ordens eram atacados, expulsos das próprias igrejas, presos, assassinados. O reino de terror dos cavaleiros teutónicos, Cruzados, também se manifestava contra a burguesia e contra os camponeses. A lei do mais forte imperava, onde o poder, e não qualquer lei civil, determinava todas as disputas. Esta é uma era de limpezas étnicas, genocídios e grandes migrações forçadas de população, Europa fora. Os territórios estavam repletos de bandos de salteadores.

Terror e brutalidade.

Terror constante para punir dissidentes, manter população controlada. A justiça medieval estava permeada de crueldade e tortura à maior das escalas. Esta era uma época de perseguições por bruxaria, com milhões de pessoas, geralmente mulheres, a serem torturadas e queimadas vidas, por esse crime imaginário.

Brutalidade, humilhações públicas, tortura, execuções. Eram características definidoras da sociedade medieval. Serviam para punir a dissidência e espalhar terror, de modo a manter a população controlada.

Feudos rurais, servidão feudal.

Feudos criados e mantidos pela força, com exércitos privados.

Servos, aldeões e vilões submetidos ao barão feudal.

Servos ligados ao solo, vilões e aldeões apenas um passo acima. Os servos estavam ligados ao solo, eram comprados e vendidos com a terra. Os vilões/aldeões estavam apenas um grau acima. Pagavam renda pelo solo onde trabalhavam. A distinção entre as duas classes acabou por desaparecer.

Casamentos, mudanças de habitação sujeitas a permissão de barão feudal e da paróquia. Os servos e os vilões tinham de se submeter à vontade do senhor da terra. Sem a permissão do mesmo não podiam casar, mudar de habitação, etc.

Barão feudal era juiz em todas as matérias. O senhor da terra era o juiz em todas as matérias.

Barão feudal fornecia protecção, e garantia violência. Protegia-os contra assaltantes externos e assaltava-os ele próprio à vontade, através de taxaão e outros modos.

Estado privatizado e a lei do mais forte. Os castelos e fortalezas não eram construídos para o bem do país em si, mas para proteger a propriedade dos senhores (os “estados” da altura) e para facilitar o saque das terras circundantes. Mas os próprios suzeranos tinham de se submeter aos suzeranos que eram mais elevados que eles próprios. As guerras privadas eram uma constante. O poder, e não a lei, determinava todas as disputas. Era o reino da lei do mais forte.

A cidade e as guildas. O rei, ou imperador, dava carta (ou foral) de existência à cidade feudal. Cada cidade tinha um governo centralizado sob uma cabeça. As autoridades municipais actuavam em conjugação com as paróquias. Por sua vez a cidade dava monopólios de actividade económica a certos grupos. Isto eram as guildas ou as companhias. Portanto, se alguém vivia numa cidade, tinha de estar integrado numa destas estruturas. Ou seja, as pessoas estavam organizadas por guildas, por actividades sócio-económicas. Isto era um sistema de castas, muito parecido ao indiano. O governo das cidades era integrativo, i.e. feito por todas estas instituições privatizadas em concertação.

O sistema de guildas. As profissões estavam organizadas pelo sistema de guildas, baseado em privilégio, onde aqueles que tivessem mais estatuto social tinham acesso a tanto mais poderes. Ter uma profissão exigia licença. As guildas tinham as suas próprias leis privadas, que impunham aos membros. A guilda determinava como é que a pessoa se comportava, o que é que podia dizer em público, como e quando se podia casar, que roupas podia vestir, que alimentos podia comer. A guilda policiava e espiava os seus membros, e também os protegia, no caso de crimes contra o público. Tinham o poder de executar punições pela quebra das suas regras: multas, remoção da licença de prática, humilhações públicas, tortura, morte. A competição era limitada por regras que

restringiam o número de mestres. Os preços eram mantidos altos pela falta de competição e por regras que fixavam preços. Restrições sobre o trabalho. Em vez de haver um único escravizador, com um exército para manter a ordem havia inúmeros escravizadores, pela sociedade fora, nestas associações. O indivíduo não contava para rigorosamente nada, e a vida humana era barata.

Parte da hierarquia feudal. To sum up, the corporation was the direct descendant of the mark, i.e. the tribal land-holding body... We may again mention that these corporations and guilds, the industrial associations in short, were accepted as due and legal members of the feudal hierarchy.

Guildas – Aprendizizes / e o aparecimento de sindicatos para combater as guildas. A pessoa que quisesse tornar-se artesã tinha de passar vários anos como aprendiz (geralmente 7 anos). Trabalho não-remunerado, durante o qual o aprendiz era o escravo do seu mestre, ou patrono. O sistema vivia do trabalho escravo destes aprendizes. O aprendiz era aceite como membro da classe quando mostrasse que estava bem formatado no espírito colectivo. Depois também havia todo o género de assalariados, que eram mantidos com baixos salários. Os sindicatos começaram por aparecer como formas de defesa contra estas guildas, e os suas hierarquias de cleptocratas.

As guildas eram organizações de monopólio. Corporações, desde as fraternidades de cavaleiros até às guildas mercantis e artesanais. As guildas artesanais eram guildas de empregadores. As guildas mercantis eram monopólios comerciais, ao passo que as guildas artesanais eram monopólios produtivos.

“Chartered Corporations”, companhias feudais de monopólio mercantil. Antes do advento do sistema de empreendimento privado, de classe média, um colectivismo monopolista existia sob as monarquias europeias, e isto era na forma das companhias encartadas, as “chartered corporations”. Estes monopólios eram tiranias colectivistas abertas, que fazem a perpetuação do feudalismo para o colonialismo imperial europeu nos últimos 500 anos. Estas companhias de monopólio eram entidades socialistas, tanto na teoria como na prática. Tinham o poder *de vida e de morte nas áreas sob o seu controlo. Usando exércitos privados, vivendo de impostos da metrópole.* Eram geridas *por aristocratas de mentalidade feudal.* Protagonizavam *práticas feudais de repressão e exploração, usando escravos.* Aí, os *escravos coloniais tomavam o lugar dos servos feudais.* A *gestão científica das plantações de escravos era a extensão da gestão do feudo servil* e é a inspiração para socialismo científico, a gestão científica das massas sob neocolonialismo interno.

Impérios público-privados. À semelhança do que se passa hoje, estes eram impérios público-privados: os gastos eram pagos pelo público, e os lucros revertiam para o

privado, na forma de concessões, monopólios de exploração, etc. Esta é a era das grandes companhias ultramarinas – as multinacionais do seu tempo. Companhias privadas com monopólios de exploração, exércitos privados, as suas próprias frotas corsárias, poder para impor os seus próprios preços e tarifas, etc.

A British East India Company é um bom exemplo disto. Um bom exemplo disto era a British East India Company. Este monopólio foi encartado pela Rainha Isabel I em 1600. A carta conferia o direito exclusivo a fazer comércio com as Índias Orientais, i.e., todos os países para além do Cabo da Boa Esperança ou dos Estreitos de Magalhães. Nove anos depois, o Rei James I renovou a carta da companhia para sempre.

Revolução americana surge contra este sistema. Foram os abusos de tais monopólios que geralmente levaram as suas vítimas a lutar por direitos individuais e liberdade pessoal. A “Boston Tea Party”, quando colonistas americanos deitaram 340 arcas de chá ao porto de Boston, foi um precursor da Revolução Americana. O chá pertencia à BEIC. A Revolução Americana começou como uma batalha entre colonistas que lutavam por liberdade individual e comércio irrestrito. Do outro lado, estavam as gigantes companhias de monopólio estabelecidas pela Coroa Britânica.

Socialismo científico vai buscar inspiração a feudalismo medieval e a colonialismo.

(ver notas sobre *Socialismo, neofeudalismo*)

Gestão de servos e de escravos. Muitas das propostas vinham directamente das práticas feudais e particularmente coloniais, com a entrada da gestão científica de escravos de plantação. A plantação é a continuação do que antes tinha sido feito na Europa, com os genocídios, standardizações, e desculturalizações que marcaram a era medieval. Todos esses métodos seriam advogados pelos autores socialistas e praticados bastamente por esses regimes.

Universalizar o feudo, ou a plantação. A ideia sempre foi a de universalizar o campo de escravos colonial – é isso que é a comuna, i.e. a reedição da comuna medieval.

Idade Média – sistema eugénico.

Homem forte organiza sociedade – “might makes right”. O homem forte tem o direito de organizar a sociedade para que esta trabalhe para si.

Sangue azul vs sangue comum. O mito das linhagens mais nobres, sangue azul, por oposição a sangue comum.

Procriação selectiva nas classes altas. Isto implica procriação selectiva, para manter a “pureza das linhagens”. Na prática, no que isto resulta é em doenças genéticas e afins.

WATT – Procriação selectiva, entre realza e banca.

(AWnewh – 47:20) Reis e rainhas unidos para fins eugénicos. Processo controlado pelos sacerdotes. Os Rothschilds casam-se na família, para manter os traços desejáveis na família.

Castas rígidas. Divisão em castas rígidas, com uma aristocracia toda-poderosa no topo.

Trabalho forçado. Pelos servos.

Castelos e mercenários: proteger nobreza e manter servos em xeque. Constrõem-se fortalezas e contratam-se exércitos de mercenários para proteger as classes nobres. Não apenas de exércitos invasores, mas também dos próprios camponeses, que eram usados e abusados e tinham alguma propensão a revoltar-se. Os exércitos de mercenários também eram usados para, claro, assegurar que a espoliação e saque dos servos decorria naturalmente.

Controlo populacional. Quando existem demasiados “inferiores”, são simplesmente executados e massacrados, de diversas formas.

Haréns e bordéis feudais. O senhor feudal reclamava o direito de ter dezenas de filhos, e a posse quase exclusiva das mulheres locais.

Lutas entre Imperador e Papa. A vida no Sacro Império era dominada pelos conflitos entre o Papa e o Imperador. O Imperador procurava dominar a Igreja, como o Império Bizantino tinha conseguido fazer. O Imperador procurava ganhar ascendência sobre a Igreja criando as suas próprias ordens religiosas, e oferecendo privilégios aos bispos, como propriedades e títulos feudais; em troca, o Papa retirava privilégios eclesiásticos aos bispos. Mais tarde, a revolução protestante contra a Igreja é apoiada pelos príncipes alemães, com base no excesso de luxos feudais do clero. Noutros episódios, os Imperadores procuravam nomear Anti-Papas por resposta ao Papa; ou o Papa excomungava o Imperador. A vida era bastante animada, na era medieval. Seja como for, as elites germânicas desenvolveram uma obsessão em criar o império terreno 'perfeito', em que a autoridade terrena – o Estado – fosse suprema, sobre a Igreja, incluindo no campo moral. É daqui que surgem indivíduos como Hegel, Fichte, etc.

*Um dos exemplos da guerra travada pelo Imperador contra a Igreja residiu no ataque ao clero: bispos e monges de várias ordens eram atacados, expulsos das próprias igrejas, presos, assassinados. Aliás, o reino de terror dos cavaleiros teutónicos, Cruzados, também se manifestava contra a burguesia e contra os camponeses – a ideia era roubar e acumular o máximo possível.

Igreja Católica medieval – Paganismo.

Sob os mais variados aspectos, a Igreja Católica medieval abusou e desfigurou a Lei de Deus. Pactuava e dava o seu cunho de aprovação a um sistema de repressão e pilhagem

organizada, o sistema feudal. Contribuiu decisivamente para o estado de obscurantismo geral da sociedade. Para isso, foi decisivo que superstições pagãs e textos elitistas gregos (e.g. República de Platão, ou os escritos de Aristóteles) se tornassem mais importantes que qualquer um dos princípios elementares do Antigo e do Novo Testamentos. A impecabilidade de acção límpida e moral que é anunciada nas Escrituras é trocada por ritualística sem significado.

Sistema Stasi nas comunidades. As paróquias controlavam quem podia casar ou ter filhos, e mantinham um controlo apertado sobre os hábitos e pensamentos dos indivíduos da comunidade. Adoptou as mais variadas práticas pagãs, e uma das mais notáveis era a de usar a comunidade, a aldeia, para hostilizar indivíduos indesejáveis. Isto era um velho costume pagão, onde a comunidade caçava, hostilizava, e humilhava a vítima e, no final do processo, queimava-a. A vítima era o homem de palha, que era consumido em chamas. Todas estas coisas foram reeditadas nas fogueiras da Inquisição. E foram feitas em nome de Jesus. Ora bem, Jesus Cristo, e a generalidade dos apóstolos, foram perseguidos, humilhados e mortos pela *comunidade*, por dizerem e fazerem coisas inconvenientes. Pedro, o fundador da Igreja de Roma, foi submetido a este tipo de coisa. O grau de anátema presente nas fogueiras da Inquisição é basicamente inconcebível.

Jesuítas. Mais tarde, algumas destas coisas foram expressas na organização dos Jesuítas, os Je Suis, que inventaram um sistema bastante completo de terror psicológico, intimidação, chantagem; para manter a ordem nas suas próprias fileiras e nas populações sob o seu comando. Este sistema manteve-se, foi sofisticado, em parte por influência dos próprios Jesuítas, e veio a servir de base aos métodos usados por serviços secretos como a Gestapo, a Stasi, o KGB e, claro, as dos próprios países teoricamente democráticos. Os Jesuítas, quando foram ameaçados de expulsão pelo parlamento, e com uma bula de dissolução pelo Vaticano – quando, de todos os lados, as vozes de governos e países se erguiam contra os princípios da sua moral e política – negaram a sua doutrina da rebelião e regicídio legítimos, que havia sido sugerida por alguns dos seus casuístas, e condenaram abertamente as máximas que, apesar de tudo, observavam secretamente como as verdadeiras regras da ordem.

Os Judeus na Idade Média europeia.

Judeus acolhidos na Europa ocidental até século XIII. Os Judeus foram acolhidos na Europa Ocidental até ao século XIII, acompanhando o desenvolvimento das cidades. Foram acolhidos como financeiros, comerciantes, artesãos, intelectuais, médicos, advogados.

Depois, começam a ser vistos como competição indesejável.

Limitações de direitos, maus tratamentos, saques, expulsões, massacres. A partir daí, todos os esforços começam a ser feitos para tornar a vida insuportável para os Judeus: limitações de direitos, maus tratamentos, saques, expulsões, massacres. São proibidos de praticar praticamente todas as actividades económicas, de possuir terra. A ascensão do estado moderno não trouxe alívio aos Judeus. Esta fonte de autoridade central mostra-se bastante desconfiada de qualquer corpo autónomo no seio da população, e polícia toda e qualquer dissidência, começando pelo pensamento e avançando para todas as sucedâneas. Portanto, onde os Judeus constituem um poder, são brutalizados pela autoridade de estado, frequentemente saqueados, massacrados e expulsos, como foi o caso em Espanha e Portugal.

Usura. A grande excepção às várias proibições de actividade profissional torna-se a usura. Uma forma criativa de forçar vários Judeus a renunciar aos princípios básicos da Torah. Talvez para legitimar as caças a Judeus.

Idade Média – Transposição e reprodução sob colonialismo imperial.

Padrões reproduzidos na plantação colonial de escravos.

Imperialismo: Agressão e fronteiras internas, deslocalizações, nómadas ricos e pobres

O papel das fronteiras sob imperialismo feudal.

Fronteiras – Influência sobre comércio, actividade militar, migrações. Quando falamos de fronteiras, falamos de algo com influência directa sobre três domínios essenciais: comércio, actividade militar, e fluxos migratórios de populações.

Feudalismo: fronteiras imperiais externas e fronteiras artificiais internas (locais, feudais). Um *imperium* feudal (império, principado, reino) é o seu próprio domínio, só estando delimitado por dois tipos de fronteiras. Aquelas que o separam dos domínios ou sistemas circundantes (outros impérios, reinos) e aquelas que separam e balcanizam os seus feudos internos.

Um sistema alicerçado em agressão e alienação (para o exterior e para o interior). Uma “fronteira” é melhor entendida como sendo um limite concreto à acção física. Expressa aquilo que alguém pode, ou não pode, fazer. O tipo de definição de fronteiras territoriais que encontramos sempre no sistema feudal expressa um centramento em agressão e violência. Por um lado, as fronteiras do *imperium* são expressões mutáveis de expansão militar para o exterior. Por outro lado, as fronteiras internas ao *imperium*, os feudos-guarnição, manifestam a alienação que existe entre classes governantes e entre as classes governantes e os governados. Os governantes não só estão em xequ permanente uns em relação aos outros; mas também colocam em xequ constante aqueles sobre quem governam, nas suas próprias terras e povoações.

Estado-nação Renascentista surge por oposição a agressão feudal. A ideia de estado-nação surge no Renascimento em parte como uma tentativa de assegurar bolsas de independência, estabilização, e recuperação sócio-económica, perante o feudalismo imperial. O conceito essencial que surge dessa era é o do estado-nação como um espaço de protecção em prol do *homem comum*, por oposição a espaços de protecção às oligarquias feudais/imperiais. Esse espaço é protegido de agressão imperiais externas, tanto militarmente, como economicamente. Aqui, a protecção económica surge por oposição ao sistema imperialista de “free trade”, pelo qual corporações multinacionais assumem controlo irrestrito de monopólio/cartel sobre mercados internos e países.

Imperialismo [ontem e hoje] – Expansão imperial e repressão interna.

Expansionismo imperial/militar. O aspecto militar é aquele que mais definitivamente define o carácter do feudalismo imperial. As fronteiras imperiais são *de facto* delimitadas pela área de

expansão militar. Essas fronteiras são continuamente disputadas e estão sob mutação constante, à medida que impérios vizinhos disputam continuamente este ou aquele território entre si.

“Feudos-guarnição”. A militarização das fronteiras exteriores do império é acompanhada da militarização da vida interna; no feudo e entre feudos. A mónada ubíqua do feudo-guarnição. Todos os feudos medievais estavam guardados por guarnições militares (mercenários, tropas imperiais) que asseguravam três funções: a) proteger o feudo de agressores externos – mais frequentemente, outros barões feudais integrados no mesmo sistema feudal; b) proteger a classe governante das classes governadas; c) assegurar o exercício de violência e saque sobre as classes governadas.

HOJE: Três blocos imperiais, o “arc of crisis”, proxy wars, guerra económica. Este estado de coisas pode ser transposto para a nossa própria era neo-feudal e global, na qual existem três grandes unidades imperiais (espaço Atlântico, Rússia e China) que disputam militarmente os territórios intercalares (“Arc of Crisis”, de Mauritânia a Paquistão) através de “proxy wars”, golpes e putsches, actos de guerra económica e por aí fora.

HOJE: Exército imperial. Ao mesmo tempo, estes blocos essencialmente acabaram com a ideia de defesa nacional, substituindo as antigas forças armadas nacionais por um novo sistema de forças internacionalizadas e semi-privatizadas (i.e., o exército imperial).

HOJE: O “garrison-state”, a sociedade-reserva – OCDE e o Arbeitslager mental. Essas forças agem do local ao global e são determinantes para a criação daquilo a que a OCDE chamou de “garrison-state”, em 1970*: o estado-nação iria ser lentamente decomposto, substituído por governância local-regional-global, e o impacto do processo de transição teria de ser absorvido por meio de ditadura internacional/tecnocrática/militar. O “garrison-state” é, por sua vez, um espaço degenerado pontilhado de fronteiras internas artificiais: checkpoints, instalações fortificadas, cidades para-militarizadas e, as mais graves, fronteiras sobre o espírito humano. A respeito deste último ponto, basta apontar que o documento onde a OCDE expõe este conceito de “garrison-state” é um no qual define as suas prioridades globais para educação/instrução. É o “Mein Kampf” onde designa os tipos de cercas e arames farpados que pretende impor ao espírito humano. E esta é a pior forma de crime. Quando se ataca deliberadamente o potencial inato do indivíduo para se desenvolver, pensar, reflectir, decidir, enquanto indivíduo. E, concomitantemente, se sabota e destrói a integridade vital de gerações inteiras. Tudo isto, por meras questões de utilitarismo oligárquico, petulância de casta. [*Alternative Educational Futures in the United States and in Europe: Methods, Issues and Policy Relevance*”. Organisation for Economic Cooperation and Development, Paris, Centre for Educational Research and Innovation. Paris, 1970]

Carl Jung e a Cortina de Ferro sobre o planeta. Por outras palavras, o sistema feudal/imperial (na era pré-moderna como na era pós-moderna) não se limita a colocar uma cortina de ferro no seu exterior; também a coloca no seu interior. Carl Jung evocou este princípio de modo particularmente eloquente, quando falou de uma grande cortina de ferro que descia sobre as populações do planeta na era global, na forma de uma divisória burocratizada e militarizada entre classes governantes e classes governadas. Jung fez observar que o resultado óbvio da Guerra Fria seria que os estados-nações do ocidente iriam comportar-se cada vez mais como a sua antítese

imperial soviética, o que daria origem a uma síntese final global autoritária (neo-feudalismo imperial). Carl Jung sentia-se angustiado em relação a esta perspectiva, e questiona-se sobre o modo como o indivíduo médio, que sabe pensar e tem uma consciência, pode fazer frente a um mundo no qual a individualidade já não será aceite; apenas o colectivo despersonalizado da sociedade pós-moderna será considerado útil, e válido, e aceitável. Jung não chegou a uma solução conclusiva. Mas a solução sempre esteve lá. Aquele que faz bem continue a fazer bem, aquele que faz mal continue a fazer mal e, no final, a espada do Cordeiro separará entre o trigo e o joio, entre a verdade e a mentira, entre a libertação e as chamas. Isto é realmente tudo o que interessa – só isto.

Imperialismo [ontem e hoje] – Deslocalizações, nómadas ricos e pobres [Salvatore, OEDP e De Gaulle].

Fluxos migratórios – Deslocalizações – Massas nomádicas – Umberto Eco e Salvatore. Durante a era medieval, os fluxos migratórios não são propriamente controlados; isso seria impossível, mesmo se e quando houvesse vontade. Os fluxos migratórios entre impérios e dentro de impérios são endémicos e acompanham essencialmente a condução de ofensivas militares. Isto faz com que a Europa medieval seja um espaço repleto de massas deslocalizadas, nómadas e semi-nómadas, escravos de guerra e servos em migrações forçadas de um domínio feudal para outro. O factor económico também é, aqui, bastante importante. Muitas das massas migratórias medievais eram compostas de pessoas que fugiam de zonas economicamente depauperadas, em busca de algum sítio melhor. Umberto Eco capturou isto bastante bem n’*“O Nome da Rosa”*, através de Salvatore, o ex-migrante que tinha passado a juventude à procura da terra mítica onde os salpicões cresciam em árvores, os prados estavam repletos de comida, e ninguém tinha de passar fome.

HOJE: Attali, nómadas ricos e nómadas pobres [o barão e o indigente]. À medida que a sociedade global pós-moderna assumir cada vez mais *todos* os traços que caracterizam o neo-feudalismo, também vai incluir estas vastas massas de migrantes, refugiados, nómadas, etc. Jacques Attali (*“Millenium”*), o ex-nº2 de Mitterrand e tenocrata para o Banco Mundial (subsistema EBRD), fala-nos de uma sociedade global caracterizada por fluxos de “nómadas ricos” e “nómadas pobres”. Os primeiros são em tudo similares aos aristocratas e cortesãos que viajavam de senhoria em senhoria, a passar férias, a negociar privilégios e a obter novas experiências. Os “nómadas pobres” são em tudo similares às massas migratórias da era medieval.

Deslocações violentas que caracterizam 3º mundo desde anos 70. Este tipo de deslocação demográfica violenta é, de resto, aquilo que tem vindo a caracterizar a vida do 3º mundo desde os anos 70 para cá.

“Free trade” e sustentabilidade global – A plantação pós-moderna de Aurelio Peccei. Isto acontece desde que o sistema ONU/FMI/Banco Mundial decidiu, em nome dos seus patronos, que o modelo de “desenvolvimento” para o mundo seria subdesenvolvimento, “free trade”: a grande corrida para o fundo onde só a companhia multinacional e o banco de investimento perseveram, rodeados de um mundo de plantações coloniais, comunas laborais, e terra queimada.

Essa foi a sentença de morte para o 3º mundo e, para atribuir aparente legitimidade a esta sentença, foi adoptado o discurso da *sustentabilidade*, protagonizado por racistas odientos como Aurelio Peccei e Alexander King. Nomeadamente, o desenvolvimento do estado-nação africano, asiático ou sul-americano, seria insustentável, porque traria excesso de população (como e porquê?) e a indústria magoa as plantas (guerra civil, mortandade em escala, massas nomádicas colectórias, e explorações multinacionais desreguladas destroem muito mais a natureza que qualquer indústria regulada).

1º mundo suicida-se com OEDP, ficcionalização de valores. Ao mesmo tempo que isso acontece, o 1º mundo também abandona o seu próprio desenvolvimento para entrar em modo suicida, “free trade”, substituindo toda e qualquer nação de progresso económico e tecnológico por desindustrialização, outsourcing, privatização, especulação. Durante décadas, abdica de encontrar valor em produção real e usa o paliativo de produção fictícia – endividamento, dinheiro especulativo; e *pooling* de mecanismos especulativos e dívidas acumuladas sob sistemas de integração internacional. O mote em tudo isto é, portanto, “imaginação ao poder”.

“Imaginação ao poder”, a colateralização e comunitarização da Torre Eiffel. O “imaginação ao poder” é o grito de guerra das massas de provocadores, agitadores a contrato, marxistas, existencialistas, new agers, khmeristas, maoístas, e outros spiritualli do século 20, que protagonizam a desestabilização da França industrial e “petit bourgeois” de De Gaulle, em parceria com os predadores de alta finança do Mónaco e da City. “Imaginação ao poder” significa que a Torre Eiffel é privatizada e desmantelada, uma parte é vendida para aplicações offshore, e os derivativos colateralizados com a venda podem ser empacotados e reempacotados várias centenas de vezes, sendo os únicos limites a imaginação e a quantidade de bailouts que puderem ser obtidas do Banque de France. Por outro lado, os restos de sucata que fiquem da Torre podem ser usados para construir uma pequena comuna, onde os vários provocadores do Maio de 68 podem declarar o Ano Zero do desenvolvimento sustentável, e usar chicotes para forçar os proletários a “emancipar-se” por meio de trabalho árduo.

“Africanização” nas cenas dos próximos capítulos. Agora, a grande bolha virtual começa a colapsar e o “reality shock” de um mundo neo-feudal, “africanizado”, está já ao virar da esquina.

Jesuítas – Gnose, Redes e Contra-Reforma

Jesuítas, uma seita gnóstica.

Allumbrados, gnose e consenso de grupo – “Je Suis” (?). Os Allumbrados (“Iluminados”) de Ignatius de Loyola são a base para aquilo que se vem a tornar a Ordem Jesuítica. O termo *allumbrados* em si denuncia a origem gnóstica neo-platônica mais ou menos assumida da seita. E, com efeito, os Jesuítas seriam desde o início uma seita gnóstica, que substitui a Palavra de Deus pelas normas e caprichos dos seus próprios consensos de grupo. Como em todos os restantes grupos gnósticos, esta é a essência do seu sistema de “iluminação”. O membro é ensinado a cometer rebelião contra a Lei de Deus e a assumir-se a ele próprio como uma forma de “deus” (assumindo o poder de decidir que é bem e mal, no consenso de grupo que forma com os restantes “deuses”). É bastante provável que seja daqui que vem o termo “Jesuítas” em si. É geralmente assumido que isso significa adesão a Jesus, a Companhia de Jesus mas, quando o termo é lido na língua literata da época, Francês, lê-se “Je Suis”. Eu Sou, o modo como Deus se descreve a si próprio. Isto é apenas uma hipótese mas é uma que é bastante plausível. “Je Suis” seria apenas uma expressão do típico hábito gnóstico-militante de codificar intenções e trocar os “profanos”, através do uso cuidadoso de palavras e pronunciações, algo que estaria perfeitamente nos horizontes de um heresiarca como Loyola e os seus “iluminados”.

Doutrinas de rebelião, regicídio – Ligação a teologia da libertação. Entre as doutrinas históricas da ordem, existem os preceitos de rebelião e regicídio. Aliás, durante o século 20, algumas secções da ordem jesuíta surgem em ligação com a ideia de teologia de libertação, o modo pelo qual os conceitos marxistas de revolução e redistribucionismo foram sintetizados com princípios católicos. Nesta qualidade, vários padres Jesuítas têm surgido em lugar de destaque nos mais variados golpes, intrigas e guerras civis por todo o 3º mundo católico.

Ordem Jesuíta e o Vaticano, uma história não-linear. O grau de influência que a organização exerce sobre o Vaticano na actualidade é incerto. Porém, é preciso não confundir os Jesuítas com o Vaticano, historicamente. Estas são duas coisas diferentes. O Vaticano chegou a acusar a ordem Jesuíta de ser uma organização terrorista e ameaçou-a com uma bula de dissolução. Isto acontece durante o século 19, quando a ordem está também a ser alvo de indignação por parte dos mais variados governos e países europeus.

Jesuítas, a Contra-Reforma e a inspiração para Saint-Simon.

Contra-Reforma – De Maistre, Le Mennais et al – Saint-Simon e o Credite Mobilliaire.

Contra-Reforma, a reacção Jesuítica aos avanços do Modernismo. Os Jesuítas estariam no coração da Contra-Reforma, um movimento virulento de reacção contra a ascensão da modernidade em território europeu. Os Contra-Reformistas surgiram, previsivelmente, em oposição a tudo o que definia o “caos moderno”: soberania nacional, democracia, liberalismo, desenvolvimento económico, ciência, tecnologia.

De Maistre e a ideia de “fraternidade global” totalitária. Um dos grupos essenciais da Contra-Reforma, dirigido pelos Jesuítas, é um grupo de intelectuais eclesiásticos franceses dirigido por De Maistre, Le Mennais e outros. Estas pessoas reciclaram a antiga ideia gnóstica de fraternidade global colectivista; o sistema total, no qual todos atingiram a “iluminação” e todos são “deus” em conjunto. Este sistema de fraternidade global seria, claro, encimado por um governo planetário. Este sistema de governância seria dirigido por um Imperador absoluto do mundo em parceria com o Papa. O mundo seria organizado em cinco blocos continentais, cada qual modelado à imagem do antigo Império Romano. O sistema global em si seria a Roma global. Naturalmente, todos os aspectos do modernismo teriam sido colocados sob controlo, senão inteiramente extintos. A sociedade global seria, consequentemente, um imperium de subdesenvolvimento, autoritarismo e bom velho feudalismo medieval.

Saint-Simon, o Sistema Geral de Bancos e a Messias do Egipto. As ideias de Le Mennais e colegas inspiram directamente o Conde de Saint-Simon e o seu círculo de discípulos em França, e estes são os fundadores da Sociocracia, ou Socialismo. Daí, têm continuidade directa para as formas internacionalistas de Socialismo [o que inclui capitalismo de monopólio internacional, ou “free trade”], e para as formas imperial-nacionalistas de Socialismo (Fascismo, Nazismo). Saint-Simon e o seu grupo são muito importantes, não apenas pela formulação de Socialismo enquanto tal, um sistema integrado totalitário, mas também por terem definido o instrumento principal para lá chegar: aquilo a que chamaram um “sistema geral de bancos”, à escala global. O sistema que propuseram é muito semelhante ao actual sistema financeiro internacional. Também foram determinantes em começar a meter algumas peças em movimento. Eram pessoas ricas e influentes e fundaram toda uma série de bancos de “crédito mobiliário” pela Europa fora: o Credite Mobilliaire, a Société Générale ou o Credito Mobiliaire são criações directas deste círculo. Fazem isto enquanto não estão a tirar cartas em séances, a falar com espíritos e a fazer tours ao Egipto para encontrar a messias feminina da nova era. O “cercle” de Saint-Simon lança também as bases para o carácter lunático que é mais ou menos endémico ao Socialismo moderno.

Jesuítas – Redes de círculos concêntricos, jogos sistémicos [McLuhan et al].

Legalismo, intimidação, xadrez sistémico oligárquico. O sistema de organização Jesuítico veio a tornar-se lendário, pela sua complexidade e pelo seu grau de regimentação e legalismo. A Ordem tornou-se notória por impor aos seus membros um sistema de disciplina a roçar o psicoticismo puritânico, e por assegurar o cumprimento compulsivo das suas múltiplas regras através de um sistema oligárquico de espionagem

mútua, intimidação, terror psicológico. A Ordem foi organizada por Loyola como uma sociedade secreta. Para esses fins, deveria recorrer aos mesmos instrumentos que usa internamente: espionagem, terrorismo psicológico, intimidação, chantagem, traição.

Sistema de círculos concêntricos – Descrição. Da mesma forma, a Ordem estava organizada por um sistema de círculos concêntricos, várias camadas, com acesso diferencial a conhecimento sendo que o núcleo interno é, naturalmente, aquele que tem acesso a todos os dados relevantes. O sistema de espionagem do Jesuítas popularizou a ideia da rede composta de múltiplos círculos concêntricos. Por outras palavras, a Ordem montava uma rede dinâmica e interconectante de grupos surrogados, na qual cada grupo estava dividido em diversas camadas concêntricas, que se estendiam de um círculo externo composto de idiotas úteis, mercenários, pessoas chantageadas, e outros, a um círculo interno, composto de líderes, liaisons, facilitadores.

Buonarrotti, Mazzini, Bakunin, Nechaev. Mais tarde, este modelo é abertamente adoptado por Buonarrotti e Mazzini, os Socialistas que montaram redes terroristas de intelligence por toda a Europa, com o apoio da intelligence britânica. Serve também de inspiração a Bakunin e Nechaev, para a organização das suas redes terroristas pan-europeias (no caso de Bakunin) e russas (no caso de Nechaev). Bakunin era um aristocrata russo com uma perigosa predilecção por Londres. Tinha-se inspirado no modelo Buonarrotti, e não era conhecido nem pelo seu bom coração nem pelo seu carácter. Tinha, porém, um carácter algo mais humano do que Nechaev. Escreve a Nechaev a demonstrar o seu nervosismo pelo modo como ele estava a montar uma virtual segunda ordem jesuítica, agora na Rússia e, com isso, a destruir por inteiro as relações de confiança entre anarquistas; ou seja, até para Bakunin isso era demais. Bakunin apadrinhava o sociopata Nechaev e demonstra uma espécie de preocupação paternal com a direcção que o seu jovem benjamim estava a seguir. É claro que Nechaev é, mais tarde, capturado e tornado o bode expiatório de todo o movimento anarquista russo.

Intelligence – Organizações na era da informação – A rede, os nódulos e a aranha. Este vem a tornar-se o modelo de inspiração para todos os sistemas organizacionais que lidam com obtenção e gestão de informação, de sistemas de intelligence a outros serviços governamentais e privados. Hoje em dia, a noção da rede composta de círculos concêntricos (grupos, organizações), na qual os indivíduos funcionam como nódulos de emissão, recepção e transição de dados, é a *gestalt* que orienta a construção da sociedade total, absolutista, pós-moderna. É claro que uma sociedade construída em rede tem uma gorda, sumarenta e asquerosa viúva negra algures.

Marshall McLuhan e o rigor mortis dos nódulos na rede. Um dos mais importantes ideólogos modernos deste tipo de arquitectura é Marshall McLuhan, que escreveu bastante sobre o modo como o indivíduo é despersonalizado, tornado num nódulo flexível, num mero activo para uso pragmático na rede. McLuhan diz-nos que, no novo ambiente, “rigor mortis is de rigeur”, e é precisamente isso que acontece quando a

sociedade é convertida no campo de pasto de uma gorda e feia viúva negra. A solução é arrumar a criatura horripilante. Uma boa velha sapatada funciona.

Justiça medieval – Guildas comunitárias Vémicas

Redes e tribunais Vehme, da marca germânica até à guilda actual.

Tribunais véhmicos, féhmicos, aka tribunais secretos da Westphalia. (Fehmic Courts, Vehmic Courts, Ger. Femgerichte, or Vehmgerichte, of disputed origin, but probably, according to J. Grimm, from O. High Ger. feme or feime, a court of justice)

Origens nas marcas germânicas. «*Their origin is uncertain, but is traceable to the time of Charlemagne and in all probability to the old Teutonic free courts*»

Aumentam de importância quando um arcebispo toma conta do sistema.

Inserem-se no esquema de criminalização arbitrária racionalizada por pretexto religioso.

Organização espalha-se rapidamente, nobres juntam-se, até um imperador. «*The system, though ancient, began to become of importance only after the division of the duchy of Saxony on the fall of Henry the Lion, when the archbishop of Cologne, duke of Westphalia from 1180 onwards, placed himself as representative of the emperor at the head of the Fehme. The organization now rapidly spread. Every free man, born in lawful wedlock, and neither excommunicate nor outlaw, was eligible for membership. Princes and nobles were initiated; and in 1429 even the emperor Sigismund himself became "a true and proper Freischoffe of the Holy Roman Empire"... Crimes of a serious nature, and especially those that were deemed unfit for ordinary judicial investigation—such as heresy and witchcraft—fell within its jurisdiction*»

Restritos a Vestfalia por acção de Maximiliano, banidos por Jerome Bonaparte. «*By the action of the emperor Maximilian and of other German princes they were, in the 16th century, once more restricted to Westphalia, and here, too, they were brought under the jurisdiction of the ordinary courts, and finally confined to mere police duties... They were finally abolished by order of Jerome Bonaparte, king of Westphalia, in 1811*» [Encyclopedia Britannica, 1911, Volume V10, Page 237]

O padrão da guilda comunitária que é também uma força Stasi. Note-se na similaridade entre estas guildas e as restantes guildas de degenerados comunitários de inspiração pagã, desde as guildas católicas até às maçonarias e assim sucessivamente. Depois, este é também o padrão da generalidade das “guildas secretas” totalitárias, do sistema comunista ao fascista ao comunitário.

Guildas comunitárias Stasi, similares a guildas jesuíticas e maçónicas.

O padrão da guilda comunitária que é também uma força Stasi. Note-se na similaridade entre estas guildas e as restantes guildas de degenerados comunitários de inspiração pagã, desde as guildas católicas até às maçonarias e assim sucessivamente. Depois, este é também o padrão da generalidade das “guildas secretas” totalitárias, do sistema comunista ao fascista ao comunitário.

Disciplina de terror, serviço secreto, códigos de mãos e sinais, palavras-chave.

Rede de falhados comunitários, juramentos, iniciações, objectos fetichistas.

«...during a certain period, they exercised something like a reign of terror over a great part of Germany... discipline of terror and elaborate system of secret service... By the middle of the 14th century these Freischoffen (Latin scabini), sworn associates of the Fehme, were scattered in thousands throughout the length and breadth of Germany, known to each other by secret signs and pass-words, and all of them pledged to serve the summons of the secret courts and to execute their judgment... At their initiation these swore to support the Fehme with all their powers, to guard its secrets, and to bring before its tribunal anything within its competence that they might discover. They were then initiated into the secret signs by which members recognized each other, and were presented with a rope and with a knife on which were engraved the mystic letters S.S.G.G., supposed to mean Strick, Stein, Gras, Grun (rope, stone, grass, green). The procedure of the Fehmic courts was practically that of the ancient German courts generally» [Encyclopedia Britannica, 1911, Volume V10, Page 237]

O funcionamento arbitrário e imoral destes tribunais [homicídio ritual, etc].

“Tribunais livres”, i.e. organizações concessionadas pelo soberano.

Poder sobre vida e morte nos casos “julgados”.

«... certain tribunals which, during the middle ages, exercised a powerful and sometimes sinister jurisdiction in Germany, and more especially in Westphalia... They were, indeed, also known as free courts (Freigerichte), a name due to the fact that all free-born men were eligible for membership and also to the fact that they claimed certain exceptional liberties. Their jurisdiction they owed to the emperor, from whom they received the power of life and death (Blutbann) which they exercised in his name. The sessions were often held in secret, whence the names of secret court (heimliches Gericht, Stillgericht, &c.); and these the uninitiated were forbidden to attend, on pain of death, which led to the designation forbidden courts (verbotene Gerichte)... Everywhere else the power of life and death, originally reserved to the emperor alone, had been usurped by the territorial nobles; only in Westphalia, called "the Red Earth" because here the imperial blood-ban was still valid, were capital sentences passed and executed by the Fehmic courts in the emperor's name alone»

Organização da Fehme – dos gatekeepers até ao líder comunitário.

«The organization of the Fehme was elaborate. The head of each centre of jurisdiction (Freistuhl), often a secular or spiritual prince, sometimes a civic community, was known as the Stuhlhere, the archbishop of Cologne being, as stated above, supreme over all (Oberststuhlherr). The actual president of the court was the Freigraf (free count) chosen for life by the Stuhlherr from among the Freischoffen, who formed the great body of the initiated. Of these the lowest rank were the Fronboten or Freifronen, charged with the maintenance of order in the courts and the duty of carrying out the commands of the Freigraf»

Procedimentos em tribunal, distinção entre sessões públicas e julgamentos secretos.

Arbitrariedade de procedimentos, [ex. opinião de stakeholders comunitários é critério].

Uso destes tribunais para resolução “discreta” de casos fora do “âmbito legal”.

Assassinatos ritualizados.

«The place of session, known as the Freistuhl (free seat), was usually a hillock, or some other well-known and accessible spot. The Freigraf and Schoffen occupied the bench, before which a table, with a sword and rope upon it, was placed... The accusation was in the old German form; but only a Freischoffe could act as accuser. If the offence came under the competence of the court, i.e. was punishable by death, a summons to the accused was issued under the seal of the Freigraf. This was not usually served on him personally, but was nailed to his door, or to some convenient place where he was certain to pass. Six weeks and three days' grace were allowed, according to the old Saxon law, and the summons was thrice repeated. If the accused appeared, the accuser stated the case, and the investigation proceeded by the examination of witnesses as in an ordinary court of law. The judgment was put into execution on the spot if that was possible. The secret court, from whose procedure the whole institution has acquired its evil reputation, was closed to all but the initiated, although these were so numerous as to secure quasi-publicity; any one not a member on being discovered was instantly put to death, and the members present were bound under the same penalty not to disclose what took place. Crimes of a serious nature, and especially those that were deemed unfit for ordinary judicial investigation—such as heresy and witchcraft—fell within its jurisdiction, as also did appeals by persons condemned in the open courts, and likewise the cases before those tribunals in which the accused had not appeared. The accused if a member could clear himself by his own oath, unless he had revealed the secrets of the Fehme. If he were one of the uninitiated it was necessary for him to bring forward witnesses to his innocence from among the initiated, whose number varied according to the number on the side of the accuser, but twenty-one in favour of innocence necessarily secured an acquittal. The only punishment which the secret court could inflict was death. If the accused appeared, the sentence was carried into execution at once; if he did not appear, it was quickly made known to the whole body, and the Freischoffe who was the first to meet the condemned was bound to put him to death. This was usually done by hanging, the nearest tree serving for gallows. A knife with the cabalistic letters

was left beside the corpse to show that the deed was not a murder [?]»[Encyclopedia Britannica, 1911, Volume V10, Page 237]

Hoje em dia, FEMA courts. Sob o sistema de criminalização preventiva de dissensão ideológica surge, nos EUA, a prática de *kangaroo trials* por comissões militares. A versão doméstica desta prática degenerada e arbitrária será, plausivelmente, por meio de tribunais FEMA; a Federal Emergency Management Agency (FEMA) é a principal agência responsável pela totalitarização militarizada da América. Um FEMA court será uma reedição pós-moderna destes “tribunais” Fehme.

Justiça medieval, violência, terror, saque, hordas

Guerras privadas, saque, terror, brutalidade e hordas.

Indivíduo irrelevante, vida humana barata. O indivíduo não contava para rigorosamente nada, e a vida humana era barata.

Ambiente de guerras privadas, saque, insegurança, hordas – lei do mais forte. O ambiente feudal era, inevitavelmente, caracterizado por guerras privadas, saque, caos, insegurança, porque é isto que acontece em sociedades fragmentadas, onde o poder militar está inteiramente feudalizado. Portanto, os territórios europeus eram disputados entre diferentes facções (sempre com os barões feudais na posição de destaque) e infestados de massas apocalípticas de saqueadores, mercenários, grupos spiritalli armados e violentos, exércitos invasores, surtidas de bárbaros, e afins. Este era um ambiente de lei do mais forte, onde o poder armado, e não a lei, determinava todas as disputas.

Limpeza étnica, genocídio, deportações forçadas de populações. ...Europa fora. Era comum que territórios conquistados fossem essencialmente “limpos”, para serem depois repovoados com servos importados de outros territórios. Por exemplo, é isto que acontece a uma grande parte do norte de Portugal durante a Reconquista: os locais são submetidos a limpeza étnica e genocídio, e o território é repovoado com servos flamengos.

Terrorismo feudal sobre populações – Tortura, humilhações, massacres, execuções. O ambiente feudal era um ambiente onde a força de autoridade tinha poder total sobre as populações a seu comando. O poder feudal não era, por norma, exercido por meio de gentileza; pelo contrário, era caracterizado por violência e brutalidade, manifesto em tortura, humilhações públicas, massacres, execuções.

Mais tarde, Lenin e Trotsky usam as “mais progressistas” formas de terror medieval. Durante “purgas” disciplinares de camponeses, por exemplo, era comum que os mesmos fossem enforcados ou mutilados e os seus restos pendurados de árvores; depois, o cadáver, ou as partes mutiladas seriam deixados a apodrecer na árvore, à vista de todos, durante meses. Isto era um aviso a todos os restantes camponeses do que acontecia àqueles que não cumpriam com as suas “obrigações”. Lenin e os bolcheviques, “o sistema mais avançado e progressista”, usaram este método repetidamente durante os primeiros anos; os mercenários feudais eram aí substituídos pela Cheka, pelo Exército Vermelho de Trotsky e pelos gangs de bandidos que eram mobilizados para lhes prestar assistência. Outros métodos medievais usados por estas pessoas eram, por exemplo, tortura com pregos ferrugentos, imergir a vítima em óleo a ferver, forçá-la a congelar na neve, colocá-la num barril fechado com ratazanas, e por aí fora. Mas esta era tortura medieval

“avançada, progressista e dialéctica”, uma “*emancipação da emancipação parcial da Idade Média*”, como Marx teria colocado a questão.

O uso militar e punitivo de hordas de desapossados.

Hordas eram usadas e depois descartadas. Durante a Idade Média, as florestas e os caminhos estavam repletos de massas humanas desapossadas, algumas em condição de semi-nomadismo, outras em migrações forçada de um território para outro, outras em fuga de conflitos, e por aí fora. Sob estas condições, era muito comum formarem-se “comunidades”, “exércitos” e “movimentos” de pessoas pobres, e estes agrupamentos podiam oscilar entre o acampamento pacífico ou a horda espartacista. Um dos fenómenos mais interessantes, e horripilantes, da Idade Média é o modo como as oligarquias da época (nobiliárquicas e clericais) faziam uso militar dos agrupamentos mais violentos. Portanto, se um barão precisava de travar guerra contra outro barão, podia tentar recrutar uma destas hordas como auxiliar dos seus próprios mercenários; regra geral, tudo o que era necessário era oferecer um módico de comida e roupas, e a promessa de partilhas no território conquistado. Regra geral, estas hordas eram usadas em batalha como proverbial carne para canhão, e atraíoadas assim que a poeira assentava e a vitória tinha sido alcançada: por exemplo, os mercenários do barão encarregavam-se de aniquilar os sobreviventes. Isto era um procedimento *muito* convencional, visto continuamente durante os conflitos medievais.

Classes altas usam baixas contra médias – Idade Média como Totalitarismo moderno. Era frequente que as classes baixas fossem usadas contra as classes médias, então emergentes; e mal vindas, uma vez que não se enquadravam no quadro oligárquico convencional e era comum que os seus membros procurassem obter emancipação do sistema feudal rígido das guildas. Isso fazia, aliás, parte do quadro geral de perseguições organizadas durante a Idade Média. O uso das classes baixas pelas classes altas para destruir as classes médias é algo que continuou, de resto, a ser praticado, e é algo que se veio a tornar na praxis dominante dos movimentos socialistas (de esquerda e direita – fascismo), do século 19 em diante.

A saga da “cruzada dos pobres”. Um conjunto destes agrupamentos espartacistas tornou-se famoso quando se organizou para formar um exército e conduzir uma “cruzada dos pobres”. Este exército improvisado tentou chegar à Terra Santa por terra, espalhando saque, violações e destruição pelo caminho. A generalidade destas pessoas morreram no percurso e os restantes foram massacrados ou escravizados à chegada.

Justiça medieval: Arbitrariedade e negação de direitos.

Irracionalismo, arbitrariedade, lei do mais forte. A justiça medieval era, por natureza, arbitrária e incoerente. Critérios racionais, lógicos e científicos de averiguação de provas e julgamento eram algo desdenhado e, com efeito, reprovado, como demonstrações de “orgulho intelectual”. Para julgar e condenar alguém, bastava um rumor, uma falsa confissão obtida sob tortura, uma mentira socialmente partilhada. Havia todo um mercado para testemunhas falsas e testemunhos inventados. Imperava a lei do mais forte: quem tinha poder impunha esse poder também no contexto “judicial”.

Negação de direitos individuais – todos os direitos eram corporativos. Não havia algo como direitos individuais. Havia direitos corporativos: um membro do clero, da nobreza, ou de uma guilda, podia ser protegido contra julgamento e/ou condenação sob dadas circunstâncias, pelo simples facto de ter esse estatuto corporativo. [É vergonhoso que isto tenha acontecido sob o olhar atento de supostas autoridades cristãs, uma vez que a noção de direitos individuais é um dos elementos essenciais da doutrina Bíblica: todos são criados iguais e todos têm os mesmos direitos individuais assegurados aos olhos de Deus]

Magna Carta estabelece o precedente de direitos individuais. É com a Magna Carta inglesa que a ideia de direitos individuais é consagrada e, mesmo aí, só se aplicava, na prática, a membros da aristocracia.

Justiça medieval: Violência, tortura, redes de justiça popular.

Crueldade, humilhações, tortura, execuções públicas. A tortura era um procedimento habitual (para obter confissões e pelo simples acto nihilista de a cometer), tal como o eram as humilhações públicas, deserdações, e execuções públicas. O formato favorecido para execuções era a velha fogueira pagã, pela qual o dissidente é sacrificado à mãe-Terra (no caso, no seio da nova gestalt matriarcal, a Santa Madre Igreja) para assegurar a continuidade da comunidade para as próximas estações. Todos estes métodos serviam para punir aqueles que eram condenados por crimes ou dissidências, avisar os “imprudentes” e disseminar terror como forma de controlo social.

Sociedade comunitária medieval marcada por redes de informantes, aparatos de justiça popular.

Uma parte essencial da vida comunitária medieval era o facto de que todos eram potenciais informantes: para os lacaios do barão feudal ou do mestre de guilda, mas também para a paróquia local. Era uma parte natural da vida, herdada dos velhos sistemas comunitários pagãos. É o tipo de aparato que caracteriza qualquer sociedade de escravos, da plantação até ao sistema organizado totalitário (por ex., URSS, Alemanha nazi, China). Em sociedades de escravos, os mesmos são educados, geralmente desde pequenos, a manter controlo sobre os restantes. Palavras, acções ou movimentações suspeitas devem ser reportadas ao capataz ou ao comissário e, em troca, o delator recebe um pequeno *token* de aprovação social. A sociedade medieval, do

feudo rural até à guilda urbana era caracterizada por este tipo de ambiência, mais nalgumas zonas e épocas que noutras.

Mobilização para exercícios de justiça popular. Da mesma forma, estas redes de acção e influência eram facilmente mobilizadas pelas autoridades feudais/comunitárias para todo o género de exercícios de justiça popular arbitrária.

Redes populares feudais correspondem ao typos das “redes de bruxas”. É interessante verificar que o tipo de aparatos que eram institucionais na Idade Média correspondem de perto à realidade material sobre “redes de bruxas” e afins. Em contextos mais rústicos e menos instruídos, esses grupos podem dedicar-se a sapos e caldeirões, mas o seu mester, propriamente dito, é engenharia social e psicossociologia. As “redes de bruxas” são e sempre foram redes comunitárias, que incluem, em particular, mulheres que, em qualquer sociedade, têm um papel muito mais relevante que os homens na engenharia social da comunidade, i.e., ao nível de “soft power”. Essas redes podem depois ser utilizadas para montar aparatos de vigilância, recolha de informações, “operações negras” e mobilização de massas vindicativas contra suspeitos(as) de dissidência social [aliás, o mesmo tipo de método que é descrito no Antigo Testamento como sendo usado por Moab, Babilónia e outros]. Na Idade Média, eram estes grupos e estas redes que eram usados para caçar e perseguir indesejáveis, que eram depois rotulados como estando envolvidos em actos de bruxaria e afins, independentemente de se devotarem, ou não, a ritos pagãos – algo que entra bem na lógica de inversão linguística e ideológica que é típica em regimes comunitários.

Justiça medieval: Perseguições cultivam ambiente de medo, estagnação.

Perseguições genocidas e arbitrárias ajudam a gerar ambiente de medo, estagnação.

Inimigo ubíquo gera *community bonding*, dinâmica totalitária. Em todas as eras, uma das formas preferenciais de obter regimentação comunitária é a de inventar um inimigo ubíquo, o “inimigo universal”, o “diabo em pessoa”, que é apresentado à comunidade como alvo a perseguir e a abater. Isto pode ser o “bourgeois”, em sistemas comunistas ou fascistas, pode ser o “extremista, potencial terrorista” sob tecnocracia psicótica pós-moderna, ou pode ser o “herege”, sob mentalidade persecutória medieval. A instituição da caça ao inimigo ubíquo permite instituir uma dinâmica sistémica de paranóia, maldade, perversão, e os aderentes a essa dinâmica podem ser facilmente usados e manipulados.

Ambiente psicológico de medo, paranóia, estagnação. Seja como for, o ambiente psicológico resultante é um de medo, paranóia e estagnação; o tipo de ambiente que é favorecido sob oligarquias, como era o caso com a oligarquia nobiliárquica/clerical. As perseguições (fossem sobre homens ou mulheres) eram por norma conduzidas com base em meros rumores, ao estilo que viria a ser adoptado durante o século 20, nos regimes comunistas e fascistas. Era frequente

que as pessoas de uma aldeia denunciassem vizinhos apenas pelo pavor de elas próprias virem a ser denunciadas; se demonstrassem colaboração, poderiam evitar esse destino.

É provável que homicídio de mulheres fosse ritual de *bonding* por desumanização. Muitas pessoas foram assassinadas dessa forma, especialmente raparigas jovens; apesar de ser apenas possível especular sobre este elemento, é provável que isto tenha sido assim porque o sacrifício de mulheres jovens gera um maior grau de cinismo e endurecimento psicológico na população agressora; aqueles que estão dispostos a torturar e a assassinar beleza ficam preparados para fazer tudo o que lhes for pedido de seguida. Depois, bastava inventar (geralmente, era mesmo invenção) que estas pessoas eram “bruxas”, “feiticeiras” e assim sucessivamente. Pelos registos que ficaram da altura, sabe-se que a generalidade destes processos eram conduzidos dos modos mais arbitrários e irracionais que era possível conceber. Uma rapariga podia ser dada como bruxa por coisas como, por ex., ter uma anomalia menstrual, ou por ter tido este ou aquele sonho (os registos sobre as perseguições a bruxas na Alemanha medieval são particularmente trágicos, a este nível). Na prática, eram os *establishments* locais da altura que operavam segundo esse tipo de modelo, com o recurso constante à teologia e aos métodos da **religião perene** (hoje em dia reavivada). E, não interessa se era mascarada com uma cruz por cima; em puro anátema, bem ao gosto desse tipo de círculos. Ou seja, é provável que tudo isto funcionasse como uma forma de gincana para *team building*, *community bonding*.

Justiça medieval: As perseguições de volição religiosa.

As paróquias estavam na linha da frente para acção judiciária. Eram as paróquias que mantinham os registos essenciais sobre toda a população, e a paróquia era um receptáculo preferencial de rumores, boatos, novidades. Isto colocava a Igreja Católica na linha da frente para o que hoje em dia se chamaria de recolha e gestão de informação, mas também para a administração judiciária da vida comunitária.

Perseguições religiosas, expressões de **paganismo** institucional, e não de Cristianismo. As perseguições institucionais da Idade Média têm de ser vistas como a expressão do barbarismo paganizado da época. Dizer que a era medieval foi uma era Cristã é como dizer que a revolução cultural de Mao foi representativa da cultura Chinesa – pura e simplesmente não é verdade. A era medieval era ainda largamente pagã, à qual o Cristianismo chega numa versão já de si alterada e semi-paganizada: Catolicismo latino. Antes, o Cristianismo tinha começado por ser alterado para adoptar vários elementos pagãos do mundo romano; agora, era alterado num segundo grande momento para se adaptar a um mundo europeu inteiramente pagão. Deuses locais são adoptados como santos, novas normas morais e culturais são introduzidas no cânone e a Igreja em si surge como gestora da vida social (a par e passo com as baronias feudais) e, já não propriamente como salvadora do indivíduo.

Catolicismo medieval era tão Cristão como os Turcos Otomanos eram Islamitas. Tudo isto é, aliás, comparável àquilo que encontramos com os Turcos, no período pós-bizantino, ou com os actuais salafitas. Dizer que as barbaridades turcas eram expressões de Islão é histórica e teologicamente errado; eram expressões do carácter feroz de um povo de guerreiros nomádicos, cultivado em ambientes brutais e agressivos. Os actuais salafitas, por sua vez, são uma criação gnóstica imposta ao mundo árabe pelas castas de aristocratas corruptos que governam o Golfo e pelos seus aliados em Londres e Genebra. Mohammed ou os califas Abásidas tapariam a cara de vergonha se alguma vez estivessem cara a cara com a abominação pós-moderna que é a Irmandade Muçulmana.

Jesus teria sido morto pelos novos fariseus inquisitoriais. É claro que Jesus e a maior parte dos Apóstolos pereceram às mãos do género de mentalidade e dinâmica social que aqui surgem em operação (descritos adiante) e, é certo que o mesmo lhes teria acontecido, às mãos de inquisidores católicos, se tivessem agido durante a Idade Média europeia. Em Jerusalém, Jesus ainda teve a oportunidade de debater livremente com os fariseus, na presença do público. É muito duvidoso que isso tivesse pudesse acontecer na presença de uma comissão inquisitorial da Idade Média. Jesus seria crucificado uma segunda vez, e isso seria feito *em nome de Jesus*.

A cooptação do sistema pagão de caça organizada e fogueiras rituais. Jesus não aceita a implementação de sistemas de espionagem social, perseguição organizada, tortura, execuções. Porém, um sacerdote medieval, provindo de uma cultura de grupo largamente alienada do Evangelho, aceita-o. Um sacerdote medieval não se limita a aceitar essas práticas; coopta-as. As ideias de espionagem social, “caça organizada”, até de executar as vítimas em fogueiras; todas estas eram velhos costume das sociedades pagãs europeias, que podem ser agora cooptados para o serviço do sistema feudal, sob as mais variadas formas de racionalização e justificação: o “desafio à fé”, regra geral, era sinónimo de desafio ao barão feudal, ou outro qualquer motivo arbitrário ligado à “coesão” da vida comunitária-feudal.

Um dia na vida da comunidade Católica-pagã medieval. Portanto, a “comunidade”, i.e. o conjunto de pessoas reduzidas a um mínimo denominador comum de ignorância e más emoções, podia continuar a fazer a “caça” à pessoa indesejável, mas agora fazia-o já não em nome de Brigit, a deusa, mas talvez em nome de Santa Brígida. O shaman da aldeia tinha sido substituído por um novo shaman, agora com uma Cruz ao peito mas com poucas distinções comportamentais do antigo. Tal como o antigo, este novo shaman continuava a usufruir dos melhores privilégios sociais, o que incluía, nos mais variados casos, a posse de todas as mulheres que pretendesse; com efeito, aldeias inteiras são repovoadas com filhos de padres [*um bom exemplo em Portugal é o de um padre que recebeu um galardão da Coroa, talvez D. Dinis, por ter mais de 200 filhos na Beira Baixa e ajudar a repovoar a região*]. O novo shaman conduz as massas da aldeia na procissão pagã, agora com uma Cruz à frente, e a procissão continua a servir para levar o indesejado em correntes e atirá-lo, por fim, à fogueira, ritual que continua a ser repetido em todos os países católicos, agora com bonecos.

Perpetuação do sistema pagão de comunitarismo, sob diferentes formas de *mythos*. Tudo o que aconteceu aqui foi a perpetuação do velho sistema pagão de comunitarismo, tantas vezes narrado ao longo do Antigo Testamento, agora com uma Cruz de Cristo colocada por cima. Este sistema teria sido igualmente perpetuado se, em vez de sacerdotes católicos, houvesse monges tibetanos (que tinham um sistema similar no Tibete) ou por meros comissários de estado. A identidade dos executores do sistema repressivo oligárquico é indiferente; a não ser pelo mero facto de cada grupo diferente estar associado a um diferente *mythos* justificativo. Um monge tibetano falaria de “punir crimes de karma”, através de mutilações e outros processos. Um comissário de estado mencionaria a necessidade de “capturar sabotadores, terroristas” ou “pessoas não-ortodoxas”. Um sacerdote católico, por sua vez, falava de “criminosos religiosos”, “hereges”.

Alvos comuns: Judeus, Muçulmanos, indesejáveis sociais, praticantes de Mistérios. Na era medieval, o alvo a abater ganhava várias formas e identidades, de acordo com o contexto local e a era. Os alvos mais habituais eram Judeus, Árabes e, claro, os indivíduos que fossem encarados como sendo indesejáveis por um motivo ou por outro e como podendo ameaçar a “harmonia” da comunidade ou outra variável comparável.

“Judiaría”, “bruxaria”, como rótulos de demonização universal. Na URSS, os dissidentes eram caçados por serem “sabotadores”, “terroristas” e por aí fora. Na era medieval, os rótulos de demonização universal eram coisas como “judiaría”, “bruxaria”, “feitiçaria” e assim sucessivamente.

Os kangaroo courts do sistema inquisitorial. Os Judeus estavam entre os alvos preferenciais, com os Muçulmanos a usufruírem de um pequeno módico a mais de tranquilidade. Regra geral, não eram julgados e executados pelo simples facto de serem etnicamente Judeus, Marroquinos ou Árabes. O Judeu era normalmente julgado por “estar em contacto” com “demónios cabalísticos”, ou outras criaturas desse género. O árabe era-o porque seria fiel a Satanás, na forma de Alá. O homem e a mulher que eram por algum motivo indesejáveis à baronia ou à classe oligárquica eram, por certo, um “mago” e uma “bruxa”. Não era difícil encontrar indícios que “provassem” estas acusações. Havia todo um mercado para testemunhas falsas e testemunhos inventados, para além do que era possível pegar em qualquer característica ou hábito mínimo da pessoa para a acusar de X, Y ou Z. A pessoa costumava ir passear a este ou àquele sítio ainda antes do sol nascer, e isso era sinal que ia conversar com demónios e espíritos incarnados. A pessoa tinha um animal favorito, que se tornava um familiar (demónio). A pessoa tinha um tique nervoso, o que era sinal de possessão demónica. Ou, era uma pessoa com talento para X ou Y e isso era sinal que tinha feito um pacto com o diabo. E por aí fora. Este era o nível da mentalidade inquisitorial. [ver também exemplos dados atrás, sobre ambiente de intimidação, estagnação]

Algumas perseguições visavam bruxaria real, gnosticismo. É indubitável que um número destas perseguições era realmente sobre aderentes de formas pré-eclesiásticas dos cultos pagãos, bem como sobre praticantes dos Mistérios gnósticos (bruxaria, etc. – na prática, psicologia social

aplicada, técnicas medicinais curativas ou tanativas, e por aí fora). Entre a Igreja paganizada e estas pessoas, estamos a falar essencialmente de competição por *shares* de controlo público, entre pessoas que operam a níveis equiparáveis, como acontece com o exemplo seguinte.

O caso (mais justificado) das guerras teológicas-seculares com grupos gnósticos. Nestas categorias, temos de incluir os gnósticos assumidos, como os cátaros e os albigenses. Nestes casos, estamos a falar de algo mais que meras disputas teológicas ou doutrinárias. Estamos também a falar de competições directas por poder secular. Por exemplo, os cultos gnósticos do Sul de França tornaram-se tão poderosos e agressivos que elicitaram o Vaticano a convocar uma Cruzada para os combater, a única alguma vez realizada em solo europeu. A Igreja Católica medieval que dirige o combate em terras provençais não é, certamente, um modelo de virtude (algo que deveria ser) e era, ela própria, gnosticizada e paganizada. Porém, era infinitamente preferível (muito mais diluída e racional, apesar de tudo, e isso é dizer imenso) à estirpe de degeneração, desumanização e totalitarismo que caracteriza as seitas gnósticas assumidas e militantes.

Os Judeus na Idade Média: Ghetto, perseguições e classes médias [e, notas sobre o III Reich]

A “questão Judaica” na Idade Média – Ghetto, perseguições, ódio.

A longa história anti-semítica da Europa, de Grécia a Roma à Idade Média. A Europa tem uma longa história de anti-semitismo. O mito do Judeu Errante, para sempre condenado a deambular de terra em terra, rejeitado e maltratado onde quer que procurasse assentar, é um elemento definidor da vida cultural europeia desde a Baixa Idade Média, no mínimo. Antes disso, os Gregos vão odiar os Judeus, por todas as dificuldades e desaires militares que lhes causam. Mais tarde, os Romanos chegam à conclusão de que a Judeia é intratável. Os Judeus são demasiado teimosos e duros de roer, e isso leva a duas tentativas de destruição absoluta do país. Uma é a que se segue à crucificação de Jesus e é a punição de Deus por esse crime. A seguinte é perpetrada por Adriano, que massacra a maior parte da população e deporta massas de Judeus sobreviventes para diferentes zonas do Império.

O ghetto, gentios vs judeus, normatividade vs não-normatividade.

O ghetto, uma fronteira entre duas sociedades diferentes. Ao longo dos séculos seguintes, do alto Império até ao século 13, os Judeus tornam-se apenas mais um grupo étnico à deriva, numa Europa Ocidental onde a fluidez étnica é a norma, e não a exceção. Essa convivência entre diferentes grupos étnicos raramente é pacífica, como seria expectável na Europa fragmentária desse período: um ambiente de selva sócio-económica, dominado por escassez, violência, ignorância, tribalismo. É neste contexto que surge a ideia da comunidade Judaica insulada do resto da sociedade, aquilo que viria a ser conhecido como o *ghetto*. O ghetto afirma uma fronteira, uma separação, por relação com uma sociedade marcada por violência, imprevisibilidade, ocasionais manifestações de ódio anti-semítico. Por sua vez, a separação em si é algo que, per se, alimenta e incentiva essas manifestações de ódio. É um princípio simples de psicologia social que, em ambientes inseguros, o grupo que se separa do resto é tendencialmente visto pelos *outsiders* como estranho, excêntrico, enigmático, potencialmente perigoso. E, com efeito, é assim que os Judeus serão vistos ao longo da generalidade da história ocidental; inclusivé, em várias instâncias sócio-culturais nos dias que correm.

Diferenças culturais entre judeus e gentios elicitam dualidade normal/“excêntrico”. O preconceito é tanto mais elicitado quanto mais profundas forem as diferenças sócio-culturais que existem entre *ingroup(s)* e *outgroup(s)*. A cultura Judaica sempre foi bastante diferente da generalidade das culturas étnicas europeias e, com a consolidação histórica do *ghetto*, essa diferença apenas se intensificou. Havia claras diferenças de hábitos, formas de pensar e ver o

mundo, comunicar, relacionar-se, educar crianças. Um dos pontos mais demarcantes da cultura Judaica é o valor atribuído à iniciativa individual e à obtenção e transmissão de conhecimento ao longo das gerações. Isto era um óbvio *outlier* cultural, numa era onde a pessoa média estava aculturada ao colectivismo da *villae* ou da urbe feudal e a ignorância voluntária: trabalhar os campos para um mestre, ser pessoalmente definido pelo papel que se exercia numa hierarquia social rígida, não saber ler ou escrever, não eram coisas más, eram o modo *normal* de fazer as coisas. Em contraste, os Judeus eram frequentemente letrados e exerciam actividades independentes (medicina, comércio e artesanato, prestamismo, advocacia, contabilidade, etc). Isto não era *normal*; era *excêntrico*.

Dualidade na base de demagogias persecutórias. É a dualidade *normatividade/excentricidade* que serve de base irracional justificativa para a generalidade das perseguições anti-semíticas europeias*. É, aliás, na dualidade normal/excêntrico que qualquer movimento demagógico encontra a raiz racionalizada para os seus actos de perseguição, sejam eles por motivos étnicos, religiosos, ideológicos. O “preto”, o “judeu”, o “árabe”, o “burguês”, o “herege” ou o “extremista potencial terrorista ocidental do século 21” são todos caluniáveis enquanto tais pelo simples motivo de lhes poder ser atribuída uma forma ou outra de não-normatividade, excentricidade.

[**Muitos judeus modernos vestem carapuça socialista da “assimilação”. Isto inclui, claro, os gritos de guerra fascistas e soviéticos do século 20. Esses são fundados no clamor de batalha socialista do século 19, contra o “Judeu não-assimilado”. Muitos Judeus foram imbecis o suficiente para aceitar esse capuz particular, rejeitar as suas raízes, e adoptar filosofia dialéctica alemã, nihilismo, como a sua nova colecção de Mandamentos. O moderno Israel é largamente fundado sobre isso e vai sofrer (já está a sofrer) as consequências deste irracionalismo*]

Uma narrativa para ilustrar a escalada de más relações e ódio. Estes fenómenos sociais funcionam sempre em escalada e têm efeitos sistémicos. O *ghetto* leva a suspeição popular, o judeu letrado é visto como um personagem enigmático, potencialmente perigoso. Estes tabus sociais imaginários levam a retaliações incrivelmente destrutivas contra o *ghetto*, massacre, livros queimados, lojas destruídas, etc. O judeu letrado tinha um pequeno negócio mas agora é um judeu errante, solitário, pelas florestas da Europa. Quando chega a uma nova cidade e se junta ao *ghetto* local, traz as histórias do que aconteceu antes. Essas não são novidade neste *ghetto*, que também tem tido problemas. A postura geral dos judeus locais torna-se cada vez mais defensiva e hostil face a *outsiders*. Tudo isto intensifica os problemas. Ao mesmo tempo, a guilda mercantil local usou mercenários contra um grupo de pobres que exigiam mais pão e matou uma série deles. Corre a palavra de que a ordem foi dada pelo administrador judeu que trabalha para o mestre da guilda (há até quem diga que a revelação foi feita pelo próprio mestre, que alega estar de “mãos atadas” para resolver a questão). Como é que esse marrano chegou ao lugar onde está? Sabe ler, dizem. Mas o padre diz que ler é uma coisa perigosa, só deve ser feita pelas pessoas da Igreja, os livros podem conjurar demónios. E a judiaria tem aquela forma

estranha de falar, e aqueles hábitos que ninguém percebe. Quem sabe se não estão a conjurar pactos com o diabo. Não comem porco não é? Portanto, que tal fazer a matança do porco. Judeus começam a ser armadilhados, a desaparecer. Alguns cadáveres são deixados à entrada do bairro judaico. Os gentios já eram eles próprios estranhos, outsiders mais ou menos imprevisíveis. Agora, são equacionados a demónios. Começam a haver lutas de rua, motins no *ghetto*. Algum tempo depois, os inquisidores papais chegam para resolver a questão. Os tribunais são montados com pompa e circunstância, os processos são fraudulentos do início ao fim e, acabam em humilhações públicas, deportações, cepos, forcas e, nalguns casos, em fogueiras inquisitoriais. Algumas gerações deste tipo de dinâmica levam a uma acumulação progressivamente maior de ódio entre judeus e gentios.

Com alta Idade Média, perseguições tornam-se organizadas e extremamente virulentas. Os métodos “gentios” contra os judeus tornam-se cada vez mais virulentos e genocidas. Isto coincide com uma dinâmica geral de totalitarização comunitária que acompanha a consolidação do sistema feudal, durante a alta Idade Média. Esta fase, a de obtenção de maior organização sócio-económica, é também a fase na qual a perpetração de violência organizada sobre grupos específicos se torna mais endémica, com os Judeus na linha da frente. Com efeito, o século 13 marca o ponto no qual o ódio anti-semítico deixa de ser um fenómeno episódico e desorganizado, para passar a ser um exercício sistemático, exercido com método e organização. São conduzidos todo o género de esforços para lhes tornar a vida insuportável. Os direitos legais tornam-se inexistentes e os códigos feudais começam a incluir provisões para proibir a Judeus a propriedade de terras, ou o exercício de praticamente todas as actividades económicas. A usura torna-se a grande excepção às várias proibições de actividade profissional [*uma forma criativa de forçar vários Judeus a renunciar aos princípios básicos da Torah, e algo que reforça ainda mais a alienação entre si e as populações no seio das quais viviam*]. A teologia é revista, empacotada, reempacotada, por forma a obter racionalizações fáceis para a demonização do povo Judaico. Saques e confiscações tornam-se uma constante. O mesmo com prisões arbitrárias, humilhações públicas, tortura, fraudes inquisitoriais, execuções. Deportações, expulsões, massacres, por vezes limpezas étnicas sobre territórios inteiros. Esta situação atinge um auge com as perseguições Ibéricas dos séculos 15 e 16.

Muitos judeus reagem à espiral de ódio com ódio identitário. Em reacção, muitos judeus começam a definir-se por oposição aos “gentios”. Alguns intelectuais judeus escrevem agora tractos onde distorcem os livros de Moisés para advogar supremacia etno-racial, o que inclui o direito/dever de prejudicar deliberadamente os gentios de todas as formas concebíveis. Outros, igualmente guiados por ódio cego, escrevem obras onde fazem questão de degradar a imagem de Jesus – Yeshua – e dos Apóstolos, ao máximo imaginável. O seu grande objecto de ódio são as instituições “cristãs”, sejam elas eclesiásticas, nobiliárquicas, ou quaisquer outras. Os Judeus tornam-se uma “classe” aparte, na Europa pós século 13.

Predispõem-se, tristemente, a ser usados como idiotas úteis [exemplo futuro, o B’nai Brith]. O ódio que *alguns* deles cultivam contra as gentes em geral, fará com que, no futuro, *algumas*

organizações identitárias judaicas* venham a desempenhar o triste papel de idiotas úteis no exercício de papéis geopolíticos na Europa continental e noutras regiões. Os principais usufrutuários neste exercício são as falanges gnósticas que organizam o “*Brytish Empire*”, de Dee e Bacon em diante. Essas falanges odeiam profundamente judeus e cristãos, irrespectivamente, mas usam ambos as “grupos” (usam *todos* os grupos, através da manipulação de falanges e círculos de influência) e, quando tiverem deixado de ser úteis, descarta-las-ão por inteiro, no grande jogo global de xadrez e dominós.

* dê-se destaque ao B’nai Brith, um grupo que usa o rótulo judaico para avançar historicamente racismo e supremacismo, sempre em prol da City de Londres. É esse o papel que tristemente desempenham durante a Guerra Civil americana (este é apenas um exemplo entre muitos), quando apoiam a escravatura negra. É claro que as comunidades judaicas americanas estavam *em massa* do lado de Lincoln, contra o destacamento provocatorial do Foreign Office, o B’nai Brith.

Os Judeus, a formação das classes médias ocidentais e de ideais Liberais.

Iniciativa pessoal e apreço pelo conhecimento. A cultura judaica privilegia a produção e a transmissão de conhecimento, o que favorece a geração de literacia e intelecto. Isto inevitavelmente acompanha a valorização do esforço individual e da iniciativa individual. Todos estes são, aliás, bons valores bíblicos.

Cultura judaica propensa a empreendedorismo. O resultado é o facto de os judeus geralmente surgirem na sociedade como empreendedores independentes. Na Europa medieval, o judeu médio tipicamente surgia como comerciante, médico, advogado, prestamista, artesão. Em parte, isso foi condicionado pelo facto de os judeus serem (na era medieval como em todas as outras) um grupo “não-assimilado”, i.e. que mantém o seu próprio espaço e distância das actividades “comuns” ao resto da sociedade.

Judeus são relevantes na formação das classes médias europeias que, porém, são diversas. Na sociedade estratificada da Idade Média, os judeus são efectivamente determinantes na formação de uma burguesia, se uma burguesia for aqui entendida como um conjunto disperso de classes intermédias entre as classes altas e as classes servis e pobres. Porém, não são os únicos. É apenas um dos grupos que, de algum modo, protagoniza o aparecimento de classes médias. As classes médias da era incluíam também “aristocratas despromovidos”; migrantes, servos e proletários urbanos à procura de independência pessoal; “capatazes” do sistema feudal; líderes “promovidos” das classes baixas. Ou seja, estamos a falar de um fenómeno demográfico e sociologicamente diverso.

Liberalismo político – Judeus e Classes médias Cristãs [Reforma].

A influência determinante da Reforma. É possível apontar que a procura judaica por liberdade, direitos pessoais, independência pessoal, vem a ser essencial para a eventual propagação desses valores na cultura europeia. É bastante possível que esse seja o caso. Mas, como é evidente, essa procura não é limitada ao povo judaico. É sintomático que a ascensão de reformas Constitucionais centradas na liberdade do indivíduo tenha, aliás, surgido com um movimento não-Judaico, a Reforma. Essa é uma altura de aumento contínuo da dimensão demográfica das classes médias europeias. É também uma altura em que vastos números de europeus se tornam letrados, expandindo vastamente as suas perspectivas e os seus horizontes. A pessoa média aprende a ler com a Bíblia. O cofre-forte em que as Escrituras tinham estado desde sempre, na Europa, é aberto. Antes disso, a pessoa média não gostava de injustiça, de prepotência, petulância, autoritarismo, da ordem social fixa e rígida do feudo ou do principado feudal. Agora, passa a saber que o próprio Criador, Deus, também condena todas essas coisas e que ordena uma ordem social justa e equitativa, *centrada no indivíduo*, e não nos privilégios do grupo oligárquico. A pessoa média passa a saber que é única e dotada de direitos inalienáveis perante Deus e que nenhuma autoridade terrena se pode interpor a essa relação; todas as autoridades terrenas têm de se lhe submeter. O indivíduo caminha perante Deus, o governo responde ao indivíduo. Pode-se dizer que a libertação de *Cristianismo real* faz, para os gentios de classe média, o mesmo que a primeira Aliança faz para os judeus: dão-lhe gosto e conhecimento do que é liberdade e, de quais são as precondições para a construir. Este gosto e este conhecimento são, de resto, aquilo que está na origem da primeira revolução liberal de sempre (e, talvez, a única que tenha sido genuína), a Revolução Americana, e é dessa revolução que surge o principal ímpeto histórico para a disseminação de alguma forma de liberalismo constitucional pelo mundo fora.

Judeus e Cristãos são alvos a abater por qualquer tirania. É, portanto, inevitável que Judeus e Cristãos sejam apresentados como alvos essenciais a abater, sempre que um regime pretenda acabar com noções de liberdade e com as suas classes médias independentes. Ambos (liberdade e classes médias) só se mantêm, fortificam, prevalecem, por meio da relação directa com o Criador e dos princípios morais e epistemológicos que ascendem dessa relação.

Os Judeus e a alta burguesia, aristocracia mercantil.

Muitos judeus são “plebeus educados”, seleccionados para cargos mercantis relevantes. Durante a era medieval, muitos dos altos funcionários da aristocracia urbana eram plebeus educados que, por virtude do seu trabalho em prol dos patronos, foram “promovidos” pelos seus patronos àquilo a que se veio a chamar de alta burguesia. Este ponto é de particular relevância para a compreensão daquilo a que as tradições obscurantistas europeias vieram a chamar de “questão judaica”. Nomeadamente, é por aqui que surge o mito de que *burguesia equivale a judaísmo*. Muitos dos “plebeus educados” da Idade Média eram judeus, pelo simples facto de a cultura judaica privilegiar a preservação do conhecimento, bem como a sua transmissão ao longo de

gerações. Isto contrasta com a norma europeia da altura, deliberadamente devotada à manutenção de condições de iliteracia e obscurantismo. Portanto, muitos judeus exerciam profissões liberais; ou eram empregues pela aristocracia mercantil para o exercício de funções administrativas elevadas.

Alguns ascendem ao topo do mundo mercantil – obviamente, a par de gentios. Desta forma, muitos judeus ascenderam na escada meritocrática do ambiente mercantil, e vieram a adquirir a riqueza, a influência e a patronagem que eram necessárias para estabelecer um negócio nessa área. Muitas famílias judaicas vieram a tornar-se poderosas e, em vários casos, mescladas com as aristocracias gentias. Em várias situações, vieram a originar “dinastias” empresariais e bancárias, que perduram até aos dias de hoje. Como é evidente, isto não foi um exclusivo judaico. Houve famílias judaicas nestas condições (ex. Rothschild), tal como houve famílias alemãs (ex. Schroeder) ou famílias britânicas (ex. Barings), e o mesmo acontece em relação a todos os outros grupos étnicos europeus.

Isto é usado para alimentar demagogia anti-semítica, ao longo da história. Seja como for, a presença de muitos judeus na esfera onde a alta burguesia e a aristocracia urbana se interconectam para dar origem a uma aristocracia mercantil/bancária/empresarial é historicamente usada pelos antagonistas da burguesia em si como uma forma de exercer demagogia incendiária, numa Europa caracterizada por uma longa tradição de anti-semitismo.

O exemplo da demagogia insincera, cínica e utilitária do III Reich.

A demagogia Nazi. Esta forma de demagogia é isso mesmo, um exercício de retórica insincera, que recorre a exemplos pontuais de judeus incrivelmente influentes (regra geral, inteiramente dissociados de valores bíblicos e apáticos aos destinos do povo Judaico) como forma utilitária de rotular e categorizar todo o povo Judaico. A retórica Nazi fez uso desses exemplos para rotular e perseguir os judeus comuns; pequenos lojistas, profissionais liberais, etc. Enquanto isso acontecia, a estrutura empresarial do Reich incluía toda uma série de judeus ultra-influente, que correspondiam ao benchmark de ódio nazi.

O exemplo de Fritz Thyssen: UBC, BBH, VS. É o caso por exemplo de Fritz Thyssen, que é um dos principais financiadores do NSDAP e um dos seus principais liaisons com o mundo financeiro de Wall Street, através da Union Banking Corporation e da Brown Brothers Harriman. É também uma figura vital no mundo industrial do Reich, particularmente no que respeita ao conglomerado metalúrgico *Vereinigte Stahlwerke* (“United Steel”). Thyssen só cai por diferendos de negócios, já durante a guerra.

O exemplo Warburg: IG Farben, coração da máquina de guerra Nazi e do Holocausto. É também o caso notável dos irmãos Warburg, Max e Paul, que estão no *topo* do conglomerado petroquímico e militar IG Farben. A IG Farben era o *coração* do Reich. É a protagonista na

elaboração do Plano de Quatro Anos e toda a actividade industrial alemã é mediada pelo conglomerado. Está fundida com a Reichswehr e é nessa qualidade que tem um papel essencial no planeamento da guerra. É uma companhia multinacional, com operações pela Europa fora e nos EUA, onde surge como uma das principais parceiras de negócios da Standard Oil (as duas companhias criam múltiplas subsidiárias comuns, que desenvolvem tecnologia militar para o Reich). Conduz operações de espionagem industrial e militar pelo mundo fora, em nome da Abwehr. Coordena as operações de propaganda do Reich no estrangeiro. É essencial para a elaboração do sistema de trabalho forçado do Reich e é concessionada para operar comercialmente muitos dos campos onde isto acontece. É o grupo que fabrica o Zyklon B, que será usado no extermínio de milhões de Judeus. E era operada por dois “judeus”, entre outras pessoas de relevo da época, alemães e não-alemães. Incrivelmente, estes dois homens são vistos pelas próprias comunidades judaicas, propagandeadas, como exemplos de “bons judeus”.

O exemplo de Lord Rothschild: Banco de Inglaterra, ouro checo, Balfour. Lord Rothschild também é visto como um “bom judeu”. Rothschild é o “dono” do Banco de Inglaterra e é o Banco de Inglaterra que apoia abertamente a Alemanha de Hitler até Setembro de 1939. Avança créditos essenciais à indústria de guerra alemã, incentiva a comunidade financeira europeia a fazer o mesmo e, até trai um dos seus depositantes, o governo Checoslovaco, quando entrega a Hitler os £6B/ouro checoslovaco que tem em depósito, após a anexação do país em 1938. Lord Rothschild supervisiona estas operações, efectuadas pelos seus subordinados, Montagu Norman e Otto Niemeyer. Mais tarde, aparece como um auto-proclamado herói Judaico, com a ressurreição da Balfour Declaration e a consignação da Palestina britânica ao novo estado de Israel; depois, diz que “this country [Israel] is *my* property” (e é claro que isso não é verdade, Deus é o proprietário, não um meliante cleptocrático que pulula entre Buckingham e a Riviera).

O mundo é um sítio complexo – *wise up*. O mundo é um sítio complexo, operado por indivíduos, grupos de interesse e ideias; e não por povos, raças, etnias, ou classes.

Perseguições Católicas a Judeus.

Catolicismo paganizado torna-se uma força de anti-semitismo.

Perseguições organizadas por várias forças eclesiásticas. O anti-semitismo é um dos pontos mais definidores da história da Igreja Católica medieval. É certo que a Europa sempre tinha sido anti-semítica e a diáspora Judaica na Europa sempre teve a vida complicada. Mas, a partir de certo ponto, essa condição foi encorajada pela própria Igreja. Aqui, é necessário fazer um proviso importante. Quando se fala da Igreja, raramente se está a falar de uma instituição una e monolítica. A Igreja é, e sempre foi, uma instituição multifacetada, composta de múltiplos ramos, organizações, grupos internos. Muitos dos actos mais virulentos cometidos durante a Idade Média (sobre Judeus e outros grupos) eram notoriamente condenados ao nível do Vaticano, mas executados por ordens, bispos e outros grupos específicos. Muitas vezes eram

actos feitos em coordenação com as autoridades seculares. O caso das Inquisições ibéricas é um dos mais notáveis, a este respeito. Aí, grupos de monges fanatizados (dominicanos e outros) trabalhavam com os sicários da corte para conduzir purgas étnicas e roubos de propriedade.

É essencial nunca esquecer e aprender com os erros do passado. Ainda assim, aos olhos de Deus, estamos sempre a falar da Igreja, na medida em que estamos a falar de uma congregação que visa afirmar-se como Cristã. É preciso perdoar mas nunca esquecer, uma vez que é essencial aprender com as lições do passado.

Igreja medieval, largamente paganizada, virava-se contra o Israel original. Portanto, o que acontece é que aqueles que foram enxertados nos troncos de Israel viravam-se agora contra aqueles a quem deveriam tentar chegar. Isto acontece porque a Igreja medieval era uma instituição largamente paganizada. Tinha absorvido os mais variados elementos dos paganismos europeus e, sob os mais variados aspectos, estava mais preocupada com gestão de populações do que com a salvação do indivíduo. Tinha cometido idolatria, adorando no altar do poder terreno e do respeito dos homens e prostituindo-se em nome desse poder e desse respeito. Um crime grave abre a porta a muitos outros e é precisamente isso que veio a acontecer. Porém, tudo isso está acontecer conforme profetizado nas Escrituras e ainda há uns quantos capítulos pela frente. É claro que as más profecias são muito importantes, mas existem para que os homens possam ter o bom senso de as contrariar no seu tempo. As más profecias descrevem o processo histórico e humano pelo qual as catástrofes acontecem, quando as pessoas se tornam demasiado vazias, medíocres, criminosas, para não parar o processo. Uma má profecia pode acontecer num tempo presente, mas também pode ser adiada, como acontece no livro de Jonas, quando Nineveh se arrepende dos seus muitos crimes e recebe, portanto, um adiamento à sua própria destruição.

Catolicismo medieval comete o crime de Caim, contra os primeiros Eleitos. Mesmo que paganizada, a Igreja continuava a ser uma instituição Cristã. Tinha, portanto, o dever de colocar as questões hierarquia divina acima das questões de hierarquia humana. A atenção que era dada ao segundo tipo de questões não se aplicava, obviamente, ao primeiro tipo de questões. Deus ama os filhos de Jacob, os filhos de Israel, e favorece-os com o benefício da sua atenção constante. É o único povo que tem inscrito no próprio sangue a qualidade sacerdotal. Como Deus disse, os filhos de Israel serão o povo dos meus ministros; um povo de sacerdotes. Isso é uma parte vital e muito importante, muito responsabilizante para os Hebreus, da Aliança que é feita no Horeb. A Aliança nunca é quebrada; apenas actualizada e complementada, com a Nova Aliança, universal, feita através de Jesus, pela qual os gentios que adoptem a Via são enxertados em Israel. É óbvio que é um crime contra Deus quando aqueles que alegam ser parte integrante de Israel se viram contra os primeiros Eleitos. Primeiro, porque é uma atitude que manifesta maldade, mesquinhez e violência; e isto são crimes aos olhos de Deus. Segundo, porque é algo como um irmão agredir o próprio irmão; pura e simplesmente não se faz. Com efeito, estamos no domínio onde Caim assassina Abel, na convicção de que vai agradar a Deus se o fizer. Tudo o que ganha é ser amaldiçoado para todo o sempre.

Perseguições Católicas a Judeus – Sistemas de racionalização.

Vários sistemas de racionalização. Seja como for, as perseguições foram conduzidas, e foram-no pelos mais variados motivos. Foram justificadas por meio dos mais variados e especiosos sistemas de racionalização.

“Os Judeus mataram Jesus”. O mais elementar de todos é o de que “foram os Judeus que mataram Jesus”. Este argumento é infantil, na melhor das hipóteses. Todos os primeiros Cristãos eram Judeus, milhares deles, e isto inclui todos os Apóstolos e a Sua própria mãe, Maria. Jesus nasce como filho de uma mulher judia, tem sangue judeu. Jesus nasce como um judeu para se dirigir a Israel, e os Evangelhos são muito claros em relação a isso. É muito provável que seja um homem de altura mediana, moreno, com feições semíticas [e não um ariano alourado de olhos azuis]. E é claro que a larga generalidade da população Judaica não teve qualquer parte na morte de Jesus. Quem matou Jesus foram as autoridades eclesiásticas, em parceria com as autoridades terrenas. É possível culpabilizar em menor grau as multidões de simplórios que exigiram a libertação de Barrabás e que não fizeram nada enquanto Jesus percorria a Via Dolorosa. Mas estamos a falar de umas poucas centenas, no máximo uns poucos milhares de pessoas.

Teologização de preconceitos e superstições populares. E é claro que depois existem todos os géneros de mitologias supersticiosas *völkish*, pelas quais os Judeus são aliados do diabo, ou guardam dinheiro de traição debaixo da almofada, ou praticam magia ritual; e por aí fora. Uma das superstições típicas na era medieval era a de que os Judeus tinham vidas mais longas e mais saudáveis que a média porque tinham pactos com o demónio. Na verdade, isso acontecia porque seguiam os (excelentes) preceitos de higiene e de nutrição que Deus prescreve na Torah.

Ânsia arbitrária de “assimilar” os judeus, moldá-los a visões teológicas normativas. Outra forma típica de racionalização é a de que os Judeus têm tendência a manter ideias extrâneas às interpretações normativas e, logo, têm de ser “corrigidos”. Uma vez mais, entramos no campo da arbitrariedade gnóstica que define Caim. Entramos também no campo daquilo que os fariseus fazem a Jesus. Seja como for, uma igreja Cristã deveria sempre ouvir as posições e os pontos de vista dos Judeus com a maior das atenções e, julgar de acordo com a justiça. Uma vez mais, estamos a falar do povo que tem no sangue a própria qualidade sacerdotal.

Distorções de Paulo. Depois, existem várias racionalizações relacionadas com as Cartas de Paulo. Neste domínio, temos a adopção de slogans fáceis depreendidos a partir de passagens mal entendidas, como sejam, “os Judeus só entrarão no Reino depois de todos os gentios entrarem”, ou “os Judeus foram abandonados por Deus porque rejeitaram o Messias”.

Paulo nunca encorajou coerção ou violência. O primeiro ponto que aqui importa mencionar é que, mesmo que Paulo estivesse a incentivar alguma forma de ressentimento anti-semítico (e não

estava), Paulo seria o último a encorajar qualquer forma de coerção ou violência. Paulo era um verdadeiro Cristão. Como tal, não se desviava da Via, e a Via não tolera coerção ou violência, uma vez que estas coisas são crimes aos olhos de Deus. O máximo que Paulo encoraja às igrejas e o cumprimento da Lei da Separação, aplicada nas suas Cartas à dissociação entre bons e maus seguidores. O mau seguidor, aquele que comete crimes, deve ser renegado, expulso da congregação pelos bons seguidores, entregue ao destino que escolheu, a Satanás, *ao mundo em geral* [a congregação é o espaço que está no mundo sem fazer parte dele, é a ilha de sanidade no seio do mundo pervertido] e todos os laços são dados como cortados. Porém, se o mau seguidor quiser de um modo sincero arrepender-se dos seus crimes, e vier em frente com obras sinceras de arrependimento, deve ser acolhido de volta na congregação. O filho que estava perdido volta a casa e o pai celebra, como Jesus coloca a questão.

Paulo era um Judeu, como a generalidade dos primeiros Cristãos. Depois, é óbvio que Paulo era um Judeu. Todos os Apóstolos eram Judeus. Os muitos milhares de primeiros Cristãos eram Judeus. É apenas a seguir que se juntam alguns gregos e alguns romanos.

Limita-se a profetizar que gnosticismo judaico estará presente até ao fim. Paulo estava meramente a constatar o facto de que o tipo de facção legalista-farisaica que tinha crucificado Jesus continuaria a existir até ao fim e a rejeitá-Lo até ao fim. Haveria sempre continuadores e perpetradores dessa facção até que o fim viesse (literalmente), e estes estariam condenados pela sua traição a ter olhos para não ver, ouvidos para não ouvir (entre muitos outros grupos). Porém, nos últimos momentos, obteriam redenção. Na prática, essa é a facção gnóstica do mundo Judaico. É a facção que, por ser Gnóstica, reclama para si mesma o direito de decidir as regras de bem e de mal, de acordo com as suas próprias inclinações. Quando aqueles que se alegam ser Cristãos agem de forma gnóstica, de forma a racionalizar maus ímpetos e arbitrariedade colectiva, estão não apenas a condenar-se a si mesmos; estão também a escavar um fosso entre Judeus e Gentios. Esse fosso, por sua vez, aumenta o poder de influência da facção farisaica do Judaísmo. Muito poucos Judeus querem ser Cristãos, quando vêem a Cristandade a comportar-se como um ninho de cobras. Mais rapidamente vão procurar refúgio junto das *nomenklaturas* farisaicas que dominam as comunidades Judaicas (e, que também são cobras). E essa é apenas mais uma das consequências graves de todo este historial persecutório. Aumenta o nível geral de imbecilidade, e é claro que isto não é nada bom.